

Revista da
Reitoria
da Universidade
de Coimbra

Número 21
Trimestral
Julho
2008

www.uc.pt/rualarga
rualarga@ci.uc.pt



RUA LARGA



PROPRIEDADE Universidade de Coimbra
DIRECTOR Fernando Seabra Santos
DIRECTOR-ADJUNTO José António Bandeirinha
EDITOR João Mesquita
DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM António Barros
FOTOGRAFIA João Armando Ribeiro
INFOGRAFIA Maria João Freitas e Sérgio Brito
[GCI - Gabinete de Comunicação e Identidade]
PRODUÇÃO Isabel Terra, Lígia Ferreira e Luísa Lopes
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA Ilídio Barbosa Pereira
EDIÇÃO GCI - Gabinete de Comunicação e Identidade
Colégio S. Jerónimo, 2.º Piso, Apartado 3020 • 3001-401 Coimbra
IMPRESSÃO Litografia Coimbra, S.A.
TIRAGEM 3.500 ex.
ISSN 1645-765x • Anotado no ICS
CAPA
www.uc.pt/rua1arga
Tel. 239 859 823
PONTOS DE VENDA
Quarteto, XM, Livraria/Loja UC e Artefólio/ Livraria de Bolso • TAGV

Editorial • *A Boa decisão* • Fernando Seabra Santos

REITORIA EM MOVIMENTO

Comunicar e Interagir com vários públicos através das tecnologias de informação • Pedro Saraiva
A aposta no desenvolvimento regional • Fernando Guerra

OFICINA DOS SABERES

ACTUAL

2008 — Ano Internacional do Planeta Terra • Helena Henriques

IMPRESSÕES

Religião, Nação e Estado nos 60 anos de Israel • João Paulo Avelãs
Festival de Blues • Teresa Santos

Pioneiros do Jornalismo sem censura • Lennon França

Saúde e Lazer • Nuno Gustavo

Jovens Cientistas Sociais • Marta Araújo, José Manuel Mendes e Marisa Matias

BREVES

Outros Combates pela História • Manuela Tavares Ribeiro

Centenário de Manuel de Oliveira • Fausto Cruchinho

Museu da Ciência recebe prémio de prestígio • João Mesquita

RIBALTA

Secção de Fotografia da AAC • Cláudia Gameiro

Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior • José de Faria Costa

O papel, ontem e hoje • Maria José Azevedo Santos

CEIS20 comemora este ano 10 anos • Isabel Luciano

CES investe na América Latina • Tatiana Moura

AO LARGO

Brasileiros na Universidade de Coimbra • Manuel Ferro

ENTREVISTA

Luis Reis Torgal, nos 10 anos do CEIS20 • João Mesquita

LUGAR DOS LIVROS

ESPAÇO DAS ESCOLAS

Observatório Astronómico • Carlos Martins

TEMAS

O outro lado da Queima

A Boa Decisão

Fernando Seabra Santos *

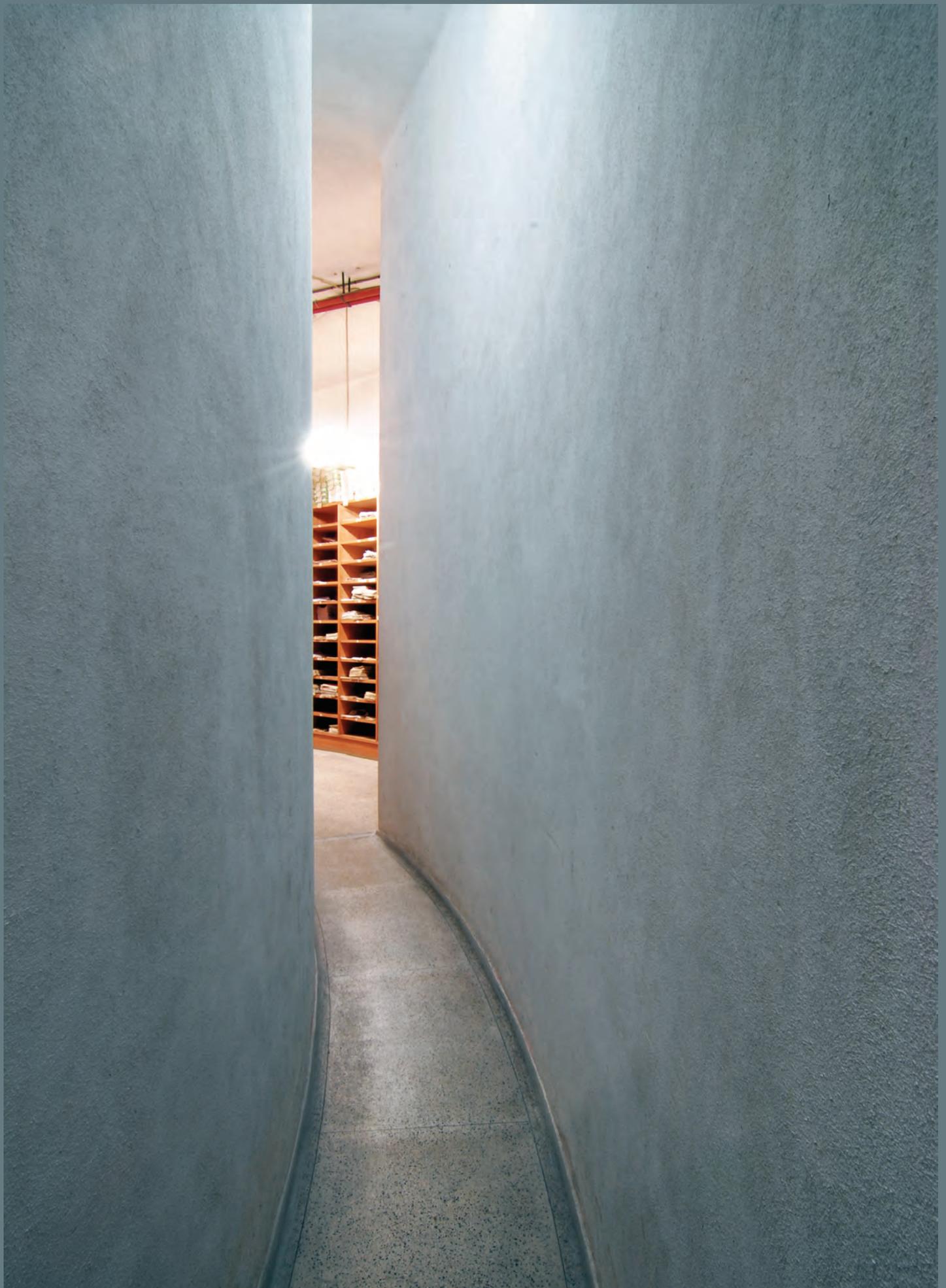
Não vivemos num País rico: o nosso rendimento médio continua a ser dos mais baixos da Europa. E se existem outros países com menos recursos que há muito nos ultrapassaram em bem-estar, não podemos senão identificar como causa desse insucesso relativo as decisões erradas que todos os dias tomamos. O problema é, pois, dos decisores.

No sentido que aqui lhe dou, decisores somos todos nós, cidadãos de um País democrático, desde o mais modesto trabalhador até ao Presidente da República. Todos nós, com efeito, temos que tomar diariamente as mais variadas decisões profissionais, de cuja bondade depende o êxito individual do que fazemos e, numa perspectiva nacional, igualmente depende a eficiência do nosso trabalho como nação. Não somos ricos porque fomos pobres, mas porque não somos, como nação, eficientes.

Ocorre-me perguntar porquê. Não tem a ver com um governo em particular, nem sequer com um regime, porque esta situação já vem de muito longe. A resposta que me surge reparto-a, em percentagem que não sei definir, entre a falta de competência profissional e aquilo a que chamarei, por pudor de linguagem, de excesso de competência relacional. Tanto num caso como no outro, só na formação, na cultura e na educação dos cidadãos se encontrará a resposta adequada para o problema.

Combater o défice orçamental, a crise da economia, o atraso tecnológico, o endividamento excessivo ou a fraca produtividade, bem como os níveis preocupantes de corrupção e outras inquietações sociais que minam a qualidade da nossa democracia, enquanto se desinveste na educação, é a maior de todas as contradições porque esta política só pode agravar a causa comum de todos aqueles males: os baixos níveis culturais e educacionais dos cidadãos.

Argumenta-se, por vezes, que só poderemos aproximar-nos do esforço de investimento no Ensino Superior dos países mais desenvolvidos, quando atingirmos PIBs comparáveis aos deles. Mas como os resultados não podem preceder o investimento, parece-me, ao contrário, que o PIB só subirá de forma sustentada quando se investir decididamente em educação superior.



Comunicar e interagir

com vários públicos através das tecnologias de informação

Pedro Manuel Saraiva *

A Universidade de Coimbra interage crescentemente, de forma activa, com pessoas que vão, pelo menos, dos 9 até aos 99 anos (conforme sublinhado pelo Magnífico Reitor na Abertura Solene das Aulas).

Para tal, tem de se dirigir de forma diferenciada, através dos canais, linguagens e instrumentos mais adequados, no sentido de comunicar eficazmente com uma grande variedade de interlocutores.

Os crescentes avanços registados na adopção das Tecnologias de Informação (TI), enquanto veículos de apoio à interacção e à comunicação, determinam que este tipo de plataformas, ainda que de modo não exclusivo, ocupe um papel cada vez mais determinante nas actividades de comunicação interna e externa, desenvolvidas no contexto da Universidade de Coimbra.

Do cruzamento desta dupla realidade emerge um conjunto de novas iniciativas dinamizadas pelo Gabinete de Comunicação e Identidade (GCI), que tiram partido das TI para chegar junto de diferentes públicos (os objectivos assumidos e a globalidade das acções planeadas pelo GCI para 2008 podem ser encontrados em www.uc.pt/reitoria/gci), de que aproveitamos para aqui destacar as seguintes:

- Foi possível, há uns meses atrás, no seguimento de projecto que envolve uma colaboração estreita entre o GCI e o Centro de Informática, relançar o sítio da Universidade de Coimbra (www.uc.pt).

Baseado numa nova plataforma tecnológica, ele direcciona-se agora de uma forma muito mais clara para os diferentes tipos de utilizadores, ao mesmo tempo que é pautado por capacidades acrescidas de pesquisa e um redobrado dinamismo em matéria de actualização de informação, conteúdos escritos e visuais.

Assente numa óptica de gestão descentralizada de conteúdos, a migração para este novo tipo de formato, por parte dos diferentes serviços e faculdades, tem contado com o apoio empenhado de inúmeras pessoas, que importa agradecer.

Neste momento, a maioria dos materiais disponíveis apresenta já uma coerência visual que é particularmente relevante junto dos nossos “navegadores”, que esperamos que deste modo encontrem razões reforçadas para nos visitar e revisitar;

- Dentro da mesma linha de preocupações, e igualmente enquanto fruto da colaboração entre o GCI e o Centro de Informática, foi dentro do sítio da Universidade de Coimbra criado um espaço especificamente concebido a pensar nos Alunos do Ensino Básico e Secundário (www.uc.pt/estounauc) que nos procuram. Todos os restantes esforços que têm vindo a ser desenvolvidos neste domínio, em forte parceria com as Faculdades e a AAC, apostam agora de uma forma dirigida para a consulta deste espaço virtual, onde se procurou organizar de forma apelativa toda aquela informação que parece ser especialmente relevante para estes alunos, incluindo possibilidades de interacção, simulação, consulta de cursos disponíveis e respectivas saídas profissionais, acesso a provas de ingresso, possibilidade de fazer *downloads*, aceder a vídeos, galerias de imagens e materiais disponibilizados através do YouTube (www.youtube.com/estounaUC);
- Indo ao encontro das necessidades de aprendizagem ao longo da vida, e das possibilidades que as TI abrem nesta vertente, a Universidade de Coimbra, através da colaboração das faculdades e dos seus representantes na Comissão de Acompanhamento destas temáticas, que foi revitalizada há cerca de um ano, com o

apoio e adesão de vários docentes, identificou um conjunto de 17 cursos de curta duração (um, dois ou três ECTS – European Credit Transfer End Accumulation System), baseados em mecanismos de aprendizagem à distância (www.uc.pt/elearning), que cobrem uma panóplia de áreas do conhecimento, para disponibilizar de imediato. Actualmente, decorre um período de aceitação de pré-inscrições para estes cursos, abertas igualmente em condições preferenciais para membros da comunidade universitária e antigos estudantes. Contamos ter em Setembro a decorrer a primeira edição dos cursos de e-learning ou b-learning que registam maior procura, e estamos receptivos a novas propostas de cursos, a criar ao longo de 2009;

- A Rede de Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra, construída desde o início com o envolvimento das Associações de Antigos Estudantes, possui um mecanismo de registo efectuado em linha (www.uc.pt/antigos-estudantes), e conta com perto de dez mil membros, das mais variadas gerações e Faculdades. Funciona, também ela, numa plataforma electrónica que nos permite ver quem integra a rede, remeter mensalmente novidades, facultar um conjunto de descontos e promover novos produtos de *merchandising*, nalguns casos concebidos por alunos, como sucede com o relógio *Lótus Pateo*, recentemente lançado;
- Também os jornalistas podem tomar contacto mais eficaz com diversos conteúdos noticiosos relaciona-

dos com a Universidade de Coimbra, através de vários canais disponibilizados à comunicação social (www.uc.pt/media_uc e www.twitter.com/media_uc), incluindo serviços de alerta e RSS (Really Single Syndication);

- Nunca é excessivo relembrar a importância de que se revestem as TI do ponto de vista da comunicação interna. Ferramentas como a *WoC*, a nossa *newsletter* electrónica mensal, ou os avisos na forma de mensagens “Tome Nota”, são hoje em dia instrumentos essenciais de apoio a uma eficaz e rápida circulação de informação (www.uc.pt/noticias), abertos e dependentes da contribuição de todos os membros da comunidade universitária.

Comunicar cada vez mais e melhor é aquilo que temos vindo e procuraremos continuar a fazer. Tal só tem sido e continuará a ser possível com a enorme dedicação de todos os colaboradores do GCI, que quero aqui publicamente testemunhar. Mas depende igualmente da ajuda e contributo de toda a comunidade universitária, dos alunos e professores do ensino não superior, e dos nossos antigos estudantes.

Não hesitem em continuar a fazer-nos chegar os vossos contributos, necessidades, informações e sugestões, o melhor estímulo que nos pode ser dado no sentido de redobrar os esforços efectuados neste domínio de intervenção da Universidade de Coimbra.

* *Vice-Reitor da Universidade de Coimbra* (pas@ci.uc.pt)

A aposta no desenvolvimento regional

Fernando Guerra *

A Universidade de Coimbra aposta de forma decisiva na criação de parcerias com autarquias ou associações de municípios, numa lógica integrada do desenvolvimento sustentado da Região Centro.

As diferentes acções no terreno são de natureza variada e requerem, em grande parte dos casos, equipas multidisciplinares, procurando a abordagem mais apropriada. Dentro deste espírito, estas parcerias envolvem, por vezes, a participação de outras instituições de ensino superior ou de empresas que acrescentem valor às iniciativas.

É muito importante que se dê a conhecer à comunidade o que acontece, acreditando que estas sinergias desencadearão um efeito de “bola de neve” noutros concelhos. Assim, descrevem-se resumidamente as mais relevantes:

- Câmara Municipal de Arganil

a) Projecto Haber.

Este, é um projecto-piloto na área das energias renováveis, que inclui a criação e a dinamização de um centro para a investigação, desenvolvimento e inovação de produtos a comercializar por empresas relevantes do concelho.

b) Concurso de Ideias de Negócio.

A Universidade e o município preparam a realização de um concurso de ideias de negócio, com vista a estimular a iniciativa empresarial no concelho.

c) Curso de Empreendedorismo.

Será brevemente lançado um curso de empreendedorismo, com o intuito de apoiar todos os interessados a desenvolverem e criarem o seu conceito de negócio.

- Câmara Municipal de Cantanhede

a) BIOCANT.

A Universidade de Coimbra e a Universidade de Aveiro participam no Biocant – Centro de Inovação em Biotecnologia. Trata-se do primeiro parque tecnológico português nesta área e, apesar da sua curta existência, é um caso de sucesso em fase de expansão.

b) Projecto Silicum.

A autarquia é elemento do consórcio que visa estudar a viabilidade técnica e económica da extracção de silica para aplicação em painéis fotovoltaicos.

- Câmara Municipal de Castelo Branco

a) Projecto Skool.

Este projecto tem ainda como parceiros o Instituto Politécnico de Castelo Branco, a Universidade de Salamanca e a empresa INTEL, sendo seu objectivo a efectivação de aulas digitais, desde a incorporação das infra-estruturas de base à elaboração de programas pedagógicos e de propostas didácticas que permitam o aproveitamento destas tecnologias, passando pela utilização de elementos didácticos como os “Tablet PC” (as lousas digitais).

- Câmara Municipal de Coimbra

a) Projecto de investigação “Terapia Fotodinâmica no Tratamento do Cancro”.

Baseada no esforço de investigação do Departamento de Química da FCTUC (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra), que deu origem a uma patente internacional, decorre actualmente uma parceria entre a Universidade, a Câmara Municipal de Coimbra e a empresa Bluepharma, que tem como objectivo a realização de testes *in vitro* e *in vivo* para validar o efeito de novos e promissores fármacos para a terapia do cancro.

b) XHMS – Centro de Excelência “Healthcare and Medical Solutions” de Coimbra.

Trata-se de um consórcio de 34 parceiros (hospitais, CCDRC, ARS, Universidade, CMC, incubadora, empresas, unidades de transferência de tecnologia) que abraçaram este projecto financiado pela Agência de Inovação, que visa fortalecer, consolidar e internacionalizar o “cluster” da Saúde de Coimbra.

c) Projecto “i-techpartner”.

No âmbito deste projecto, coordenado pela Universidade de Coimbra, em que participam 15 Regiões da Europa, decorreu nos dias 17 e 18 de Junho um grande evento internacional de investimento na área das tecnologias médicas, o “Coimbra Medtech Fórum”.

d) Coimbra Inovação Parque.

A Universidade de Coimbra tem colaborado em várias iniciativas promovidas pelo Coimbra Inovação Parque.

O sucesso deste projecto, liderado pela autarquia e estruturante para a cidade, repercutir-se-á de forma indiscutível nos ganhos de competitividade e inovação da região.

- Câmara Municipal da Figueira da Foz

a) Projecto da Ilha da Morraceira.

A Universidade de Coimbra constituiu uma equipa multidisciplinar (de domínios científicos tão diversos como zoologia, história, turismo e lazer, economia, realidade virtual e pedagogia), que elaborou um Plano Director, tendo por finalidade o aproveitamento integral da Ilha da Morraceira e da sua zona envolvente para as actividades turísticas e recreativas, nomeadamente de eco-turismo, agro-turismo e turismo cultural.

- Câmara Municipal da Mealhada

a) Projecto Lusoinnova.

Esta parceria envolve a Sociedade das Águas do Luso e consubstancia uma aposta estratégica na identificação de acções estruturantes em áreas ligadas ao turismo, saúde, beleza e bem-estar.

- Câmara Municipal de Mira

a) Protocolo de colaboração.

A Universidade de Coimbra tem firmada com o município uma colaboração transversal em áreas de en-

genharia informática, materiais de construção, arquitectura e engenharia civil, electrónica e robótica e engenharia mecânica;

b) Concurso de criação de empresas da AIBAP.

A Universidade de Coimbra colabora anualmente com a incubadora de empresas com sede em Mira (da qual é associada) na realização do concurso de criação, integrando o júri deste concurso.

- Câmara Municipal de Miranda do Corvo

a) Criação de um Centro de Desenvolvimento de Negócios.

A Universidade de Coimbra colabora actualmente com o município, no sentido de desenvolver e animar um centro de competências de negócios em torno da Floresta e da Biomassa, aproveitando o potencial existente no município (infra-estruturas e competências) em torno desta temática.

- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho

a) Projecto INPACT.

A Universidade de Coimbra congregou uma equipa polivalente de docentes e investigadores, na elaboração de um estudo para definir modelos de organização e promoção de actividades culturais que possibilitem a fixação de uma “indústria da cultura”.

b) Criação de um centro de investigação e desenvolvimento de materiais avançados com diferentes aplicações, congregando a procura do saber das unidades industriais estabelecidas na região e a oferta nesta área das Universidades de Coimbra e Aveiro.

- Câmara Municipal de Penela

a) Curso de Empreendedorismo.

Decorre a segunda edição do curso, com o intuito de apoiar todos os interessados a desenvolverem e criarem o seu conceito de negócio. De salientar que entre os 25 inscritos se encontram munícipes de outros concelhos.

b) Workshop de Arquitectura.

Realizou-se um Seminário Internacional de Arquitectura, promovendo desta forma a requalificação e valorização do património arquitectónico do município.

c) Ciclo de Conferências.

A Universidade de Coimbra organizou um dia de conferências sobre temas medievais que integraram o programa da Feira Medieval.

- Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares

a) Promoção de centro tecnológico para a fileira automóvel.

Encontra-se em fase de elaboração de projecto a criação de um centro tecnológico para veículos em fim de vida, que terá uma forte componente ambiental, indo ao encontro das expectativas deste concelho.

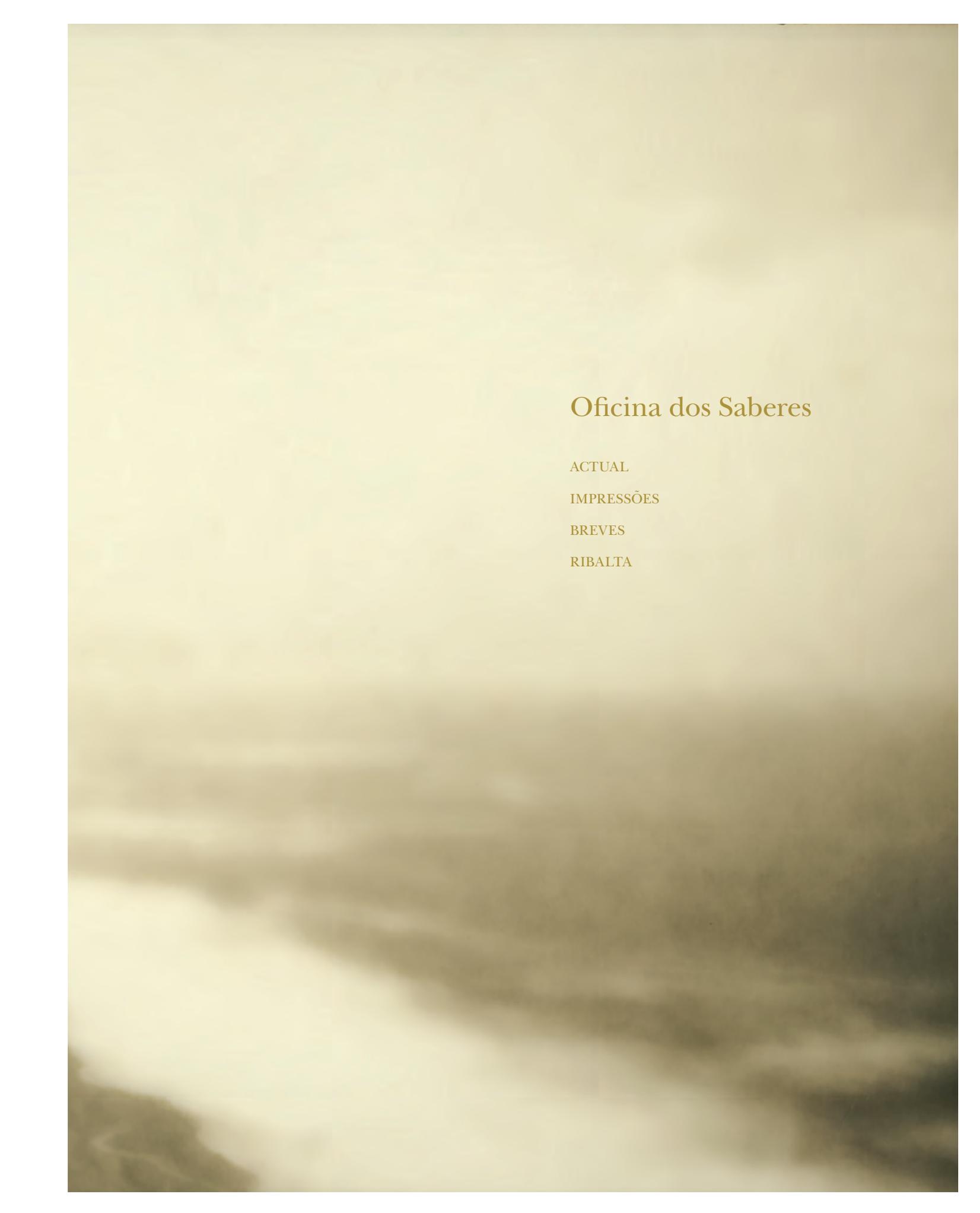
- Associação de Municípios do Baixo Mondego

A Universidade de Coimbra tem colaborado de forma estreita na definição da estratégia de desenvolvimento desta região, num projecto que conta igualmente com a colaboração da empresa “Augusto Mateus & Associados”.

Do conjunto das iniciativas apresentadas resulta clara a adaptação a cada necessidade e a optimização dos recursos existentes nos territórios. A contribuição da Universidade é relevante e incrementará o potencial dos concelhos em várias vertentes do seu desenvolvimento.

** Pró-Reitor da Universidade de Coimbra*





Oficina dos Saberes

ACTUAL

IMPRESSÕES

BREVES

RIBALTA



2008 - Ano Internacional do Planeta Terra

Aproximar as Ciências da Terra dos cidadãos

Maria Helena Henriques *

A 22 de Dezembro de 2005, a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas proclamou oficialmente, por unanimidade dos seus 191 estados-membros, o ano de 2008 como Ano Internacional do Planeta Terra, integrando as suas comemorações na Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), actualmente em curso. Centradas em 2008, as actividades perspectivadas para o Ano Internacional do Planeta Terra desenvolvem-se ao longo do triénio 2007-2009, em torno de um objectivo amplo que é o de aproximar as Ciências da Terra dos cidadãos.

A iniciativa visa incrementar a consciência pública, em particular dos decisores políticos, dos agentes educativos e económicos e dos *media*, acerca do enorme potencial do conhecimento em Ciências da Terra que cerca de meio milhão de geocientistas em todo o mundo detêm e que permite contribuir, quer para a preservação do planeta, quer para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Tal ambição transparece no slogan associado ao Ano Internacional do Planeta Terra – Ciências da Terra para a Sociedade –, assim como nas temáticas seleccionadas para a concretização do Programa Científico do Ano: água subterrânea, desastres naturais, Terra e saúde, alterações climáticas, recursos, megacidades, o interior da Terra, oceano, solo, Terra e vida. Reduzir os riscos para a sociedade que decorrem de desastres naturais e induzidos pelas actividades humanas, melhorar os conhecimentos relativos à ocorrência de recursos naturais (como a água subterrânea) e que são frequentemente objecto de tensões políticas entre

países vizinhos, descobrir novos recursos naturais e disponibilizá-los de forma sustentável, e estimular o interesse pelas Ciências da Terra, são alguns dos objectivos a atingir, aos quais se associam outros, como aumentar o número de alunos nas licenciaturas que se referem a essa área do conhecimento, bem como o investimento em investigação e ensino de geociências.

Para a prossecução dos objectivos subjacentes ao Ano Internacional do Planeta Terra, todos os países foram convidados a constituírem os respectivos comités nacionais, em articulação com as comissões nacionais da UNESCO. Com o patrocínio do Presidente da República, Portugal viu o seu comité formalizado junto da Corporação UNESCO-IUGS em Abril de 2007, comprometendo-se, desde então, a realizar iniciativas que hoje estão a decorrer em todo o país, sob a responsabilidade de mais de centena e meia de organizações que integram a Comissão de Entidades Representadas na estrutura nacional do Comité Português para o Ano Internacional do Planeta Terra.

Iniciativas da Universidade de Coimbra

A Universidade de Coimbra, instituição integrada na Comissão de Entidades Representadas no Comité Português para o Ano Internacional do Planeta Terra, também tem a seu cargo um vasto conjunto de iniciativas de carácter científico, integradas no programa oficial do Ano, algumas das quais em parceria com outras instituições da cidade e do país.

De entre as acções já realizadas, destaque-se a exposição “A diversidade da vida”, patente no Museu da

Ciência da Universidade de Coimbra, e a terceira edição do Congresso dos Jovens Geocientistas, efectuada em 22 de Abril de 2008, data em que se comemora o Dia Mundial da Terra, uma iniciativa inédita em Portugal e que envolveu a apresentação pública de projectos de alunos dos ensinos básico e secundário de escolas de todo o país. Num esforço de integração da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa em torno dos objectivos do Ano Internacional do Planeta Terra, o Comité Português para o Ano Internacional do Planeta Terra e a Universidade de Coimbra, através do Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia, organizam igualmente a primeira edição da Conferência Internacional “As Geociências no Desenvolvimento das

Comunidades Lusófonas”, agendada para 13 e 14 de Outubro de 2008, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, e que se espera ter continuidade no próximo ano, no Brasil.

Com o apoio da Comissão Nacional da UNESCO, da Fundação Portugal-África, da RTP, da Petrobras-Petróleo Brasileiro SA, e de muitas outras organizações políticas, empresariais e académicas que operam no espaço lusófono, pretende-se reflectir sobre “Ciências da Terra para a Sociedade” em língua portuguesa, na primeira universidade do então Reino de Portugal, a acolher uma cátedra em geociências. Na época, pela mão do paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, que, mais tarde, desempenhará um papel determinante na independência do Brasil.

** Coordenadora do Comité Português para o Ano Internacional do Planeta Terra*



Numa organização conjunta do CEIS 20 e do CADC

“Religião, Nação e Estado nos 60 anos de Israel”

João Paulo Avelãs Nunes *

Na perspectiva de muitas individualidades e de inúmeros “cidadãos comuns”, a fase actual da História da humanidade seria marcada pela emergência de um “conflito de civilizações”; pelo desagregar da confiança na democracia, no direito e nas instituições internacionais, no racionalismo e nos saberes de matriz científico-tecnológica. Em alternativa, assistir-se-ia à inevitável afirmação da hegemonia dos EUA enquanto “defensor político-militar do Ocidente”, de um capitalismo neoliberal globalizado, de factores de intolerância e violência, associados a “identidades exclusivistas” diversas, de mundividências tradicionalistas ou de “utopias regressivas”.

Segundo outras individualidades e múltiplos “cidadãos comuns”, estar-se-ia, apenas, perante mais uma etapa do sempre plural e contraditório processo de evolução das sociedades humanas, no qual é possível referenciar diferenças e semelhanças, transformações e permanências, aspectos positivos e negativos; no qual o futuro continua a depender das escolhas realizadas pelos indivíduos, organizações e Estados ou associações de Estados. O colapso do “bloco comunista” não significaria, assim, nem o “fim da história e das ideologias”, nem o alastrar irreversível do “islamismo radical” e a eternização da “guerra ao terrorismo”.

Perante esta realidade, decidiram o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20 da UC) e o Centro Académico da Democracia Cristã (CADC) organizar o Colóquio “Religião, Nação e Estado nos 60 anos de Israel: geopolítica e (des)encontro de ‘civilizações’”(Auditório da Reitoria da UC, 2 de Abril de 2008). Convidaram para o efeito um universitário norte-americano, especialista nas questões do Médio Oriente em geral e de Israel em particular; universitários portugueses ligados ao estudo da história e das relações internacionais, do direito constitucional e da ciência política; personalidades envolvidas, à escala nacional e internacional, no diálogo entre comunidades religiosas.

A escolha de Israel como pretexto para o debate em causa resulta do facto de, em 2008, ocorrer o 60.º aniversário da sua fundação; e de se ter considerado que o passado e o presente daquele Estado do Médio Oriente integram, com uma exaustividade e uma intensidade inabituais, muitos dos dilemas – dos bloqueios e das possibilidades – observáveis para o conjunto da humanidade ao longo da época contemporânea.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



E vão seis *Coimbra em Blues...*

Cruzar o tradicional com o contemporâneo

Teresa Santos *

Na sexta edição do *Coimbra em Blues*, em Março, concretizou-se totalmente o velho desejo de cruzar linguagens e géneros musicais, reforçando a identidade do festival no panorama português. Essencial foi conseguir juntar em palco os *Dead Combo* e Gary Lucas.

O festival *Coimbra em Blues* surge em Março de 2003, como uma organização conjunta do Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) e da Câmara Municipal de Coimbra (CMC), uma parceria que se repete na segunda edição, um ano depois. Nas quatro edições seguintes, é a Direcção Regional da Cultura do Centro que passa a assumir, em conjunto com o TAGV, a organização do festival. Refira-se ainda a colaboração, nas duas últimas edições (2007 e 2008), com o festival *Inblues*, organizado pelo Teatro Municipal da Guarda. Uma das linhas condutoras da programação do festival *Coimbra em Blues*, desde a sua primeira edição, tem sido o cruzamento de formas mais tradicionais e populares deste género musical de origem norte-americana com formas mais contemporâneas, que perpetuam aquela tradição musical ao explorá-la nas suas múltiplas identidades e combinações.

Ao longo destes seis anos foi possível, por um lado, ouvir as reinterpretações clássicas de músicos como Little Milton, Cephas & Wiggins, Carey Bell ou Robert Belfour, que deram voz aos velhos cânticos que enenam eternas histórias de amor, crime, ciúme e dor. Estas reinterpretações, na sua tentativa de resgatar as tradicionais raízes do *blues*, reafirmam a sua intemporalidade, sugerindo-nos todo um imaginário histórico ligado à música e à mítica figura do músico deste género musical. Por outro lado, testemunhámos a forma como uma nova geração de músicos continua a reapro-

priar-se das expressões tradicionais do *blues*, cruzando-o com outros géneros.

Em 2004, com o concerto de Little Axe, foi possível imaginar a relação, à primeira vista pouco evidente, entre o *blues* e o *dub*; com Heavy Trash e Kenny Brown, em 2006, ou como sucedeu nos concertos de Black Diamond Heavies e Bob Log III, em 2007, ou, ainda, em bandas como os *Hell's Kitchen* ou *Son of Dave*, comprovámos a comunhão umbilical entre o *blues* e o *rock*. De destacar, igualmente, a prestação de Reverend Vince Anderson que, na edição de 2005, nos conduziu pelos caminhos que cruzam o *gospel* e os *blues*.

Crescente reconhecimento

Tem sido esta linha condutora da programação, da responsabilidade de Paulo Furtado, que tem permitido uma crescente projecção nacional e internacional do festival, quer com o reconhecimento da comunicação social, quer com o reconhecimento do público – 8500 espectadores ao longo destes seis anos.

Embora impossível de quantificar, a alegria e a entrega à música, renovada ano após ano, servem ainda de testemunho ao entusiasmo demonstrado, quer pelo público, quer pelos músicos, quer ainda pela própria organização e produção do festival, contribuindo assim para que a nossa memória colectiva e individual sirva também para fixar e moldar no tempo a memória do próprio *Coimbra em Blues*.

Por ser uma das mais importantes iniciativas do TAGV na área da produção própria, o festival é, também por isso, um momento significativo na programação cultural da cidade que, ao longo dos dois últimos



anos, viu surgir, quase espontaneamente, uma série de iniciativas paralelas ao evento, que atestam o crescente interesse na celebração do *blues*.

Na mais recente edição, que decorreu entre 13 e 15 de Março, concretizou-se o desejo de encomendar uma obra especificamente criada para o festival, que de certa forma reflectisse essa ideia de cruzamento de linguagens e géneros musicais, uma tendência que esteve presente desde a primeira edição e que contribui para reforçar a sua identidade no panorama artístico português.

A proposta passou por juntar em palco os *Dead Combo*, projecto português com uma sonoridade muito ligada à melancolia do fado, com o pscadelismo *rock* do norte-americano Gary Lucas. Deste encontro – desenvolvido ao longo de uma semana de residência artística em Coimbra – resultou o projecto inédito que pôde ser ouvido, em exclusivo, na noite de estreia do festival.

Do programa desta sexta edição constaram ainda os britânicos Billy Jenkins e Steve Morrison, que se conheceram em 2003, durante o primeiro *Coimbra em Blues*, onde então se apresentaram com projectos distintos; o quarteto norte-americano *Afrissippi*, com uma sonoridade cujas raízes se situam algures entre a África Ocidental e os Estados Unidos; a portuguesa radicada em Paris Ruby Ann, que apostou na fusão musical entre o *country*, *rockabilly* e *rock* e, a encerrar o festival, a alegria do norte-americano Super Chikan contagiou o público presente na sala, que dançou e aplaudiu de pé, provando uma vez mais a dimensão festiva do *blues*.

Desta sexta edição, vale ainda a pena destacar o lançamento do livro *Coimbra em Blues 2003-2007*, uma edição da editora Almedina, organizada em colaboração com o TAGV, que documenta os cinco anos do festival, através das fotografias de Pedro Medeiros, Nuno Patinho e Miguel Silva.

Dois séculos de “Correio Braziliense”

Pioneiro do jornalismo sem censura estudou na UC

Lennon França *

Em Junho de 2008 comemoraram-se os 200 anos do “Correio Braziliense”, o primeiro jornal livre de censura, publicado em língua portuguesa.

O início do século XIX foi marcado pela intensa censura em Portugal. Por isso, muitos intelectuais liberais tiveram de fugir para conseguirem publicar os seus textos. Um deles foi Hipólito José da Costa, ex-aluno da Universidade de Coimbra, nascido em 1774 na Colónia de Sacramento, que então pertencia ao Brasil e hoje pertence ao Uruguai.

A invasão espanhola de 1777 obrigou a sua família a fugir para o Rio Grande do Sul, onde Hipólito viveu até à adolescência. Aos 19 anos, embarcou para Portugal e matriculou-se em Direito e Filosofia na Universidade de Coimbra, onde se licenciou aos 24 anos. Em seguida, foi nomeado por D. Rodrigo de Souza Coutinho para uma missão nos Estados Unidos e no México, em que um dos objectivos era a realização de um estudo sobre a cultura de plantas nativas para aplicação no território brasileiro.

Nos quase dois anos em que viveu na América, Hipólito participou intensamente em actividades sociais e em 1799 entrou para a maçonaria, em Filadélfia.

Nos finais de 1800, voltou a Portugal e começou a trabalhar como director literário da Junta da Imprensa régia. Fez uma viagem a Londres, em Abril de 1802, para patrocinar a filiação de algumas lojas maçónicas portuguesas. Nessa altura, Portugal perseguia os maçons e Hipólito fora descoberto e preso no regresso. Após dois anos e meio na cadeia, conseguiu fugir, alcançou Gibraltar e embarcou para Inglaterra.

Em Londres, Hipólito, então com 31 anos, tinha a protecção e amizade de um importante maçom e membro da família real inglesa, que conheceu durante

sua primeira viagem a Londres: o duque de Sussex, Augustes Frederick, filho do rei Jorge III.

A fundação do “Correio”

Em Inglaterra, Hipólito estava livre da censura para pôr em prática o seu talento jornalístico. Então, em Junho de 1808, coloca em circulação o “Correio Braziliense”. O jornal era mensal, foi publicado até Dezembro de 1822 e tinha, em média, 120 páginas. Na folha de rosto trazia os seguintes versos de Camões: “Na quarta parte nova os campos ara/E se mais mundo houvera lá chegara” (“Os Lusíadas”, Canto VII).

O jornal continha as opiniões claramente liberais do seu redactor e a sua agenda revelava bastante interesse pela política continental: publicava notícias sobre a América espanhola e defendia a construção de uma nova capital para o Brasil, localizada no interior – onde estaria mais protegida.

Curiosamente, em 21 de Abril de 1960 foi inaugurada Brasília, a nova capital do país, e exactamente no mesmo dia entrou em circulação o primeiro jornal da cidade, que tinha o mesmo nome do jornal de Hipólito. Ainda hoje, o “Correio Braziliense” é o principal jornal de Brasília.

Naturalmente, Hipólito teve diversos inimigos nas classes conservadoras e nos círculos oficiais. Talvez o mais significativo tenha sido o conde do Funchal, embaixador em Londres, que considerava o “Correio” uma “terrível invenção de um jornal português em Inglaterra”. Na tentativa de combater as influências do “Correio”, os conservadores do governo português financiaram a publicação de vários jornais concor-

rentes. Quase todos tiveram vida curta. Diante do insucesso dos concorrentes do “Correio”, o Conde do Funchal tentou obter do governo inglês a expulsão de Hipólito, mas não obteve sucesso, pois aquele havia comprado algumas acções do Banco da Escócia, o que lhe proporcionou a cidadania britânica.

Última publicação em 1822

Com a implantação do regime constitucional em Portugal, a independência do Brasil e a admissão da liberdade de imprensa, o “Correio Braziliense” atingira o seu objectivo e Hipólito encerrou a carreira jornalística. Em seguida, o Imperador Dom Pedro I

nomeou-o “Cônsul Geral do Brasil em Inglaterra”. A nomeação estava marcada para 16 de Setembro de 1823, mas Hipólito faleceu, subitamente, cinco dias antes, vítima de febre-amarela. Foi sepultado no cemitério da Igreja de St. Mary the Virgin, em Hurley, no condado de Berkshire.

Desde que embarcou para Portugal, aos 19 anos, nunca mais Hipólito havia retornado ao seu país de origem. Só a 4 de Julho de 2001 o Brasil recebeu de volta, finalmente, o seu ilustre jornalista, tendo-se realizado então uma cerimónia com a presença de um representante da família de Hipólito, o coronel aviador na reserva Fernando Hipólito da Costa, na época com 74 anos.

** Aluno de Mestrado de Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*



St. Mary the Virgin, em Hurley.

A Igreja onde Hipólito José da Costa foi enterrado.

Representações do Microcosmo Termal ⁽¹⁾

Saúde e lazer

Nuno Gustavo

Os modos de vida das sociedades globalizadas, alicerçados no pressuposto do consumo, criaram um novo cenário contrastante da relação trabalho-lazer.

Actualmente, “o homem moderno passa cada vez menos a vida na produção pelo trabalho e cada vez mais na produção e inovação contínua das próprias necessidades de bem-estar” (Baudrillard, 1995:80).

Legitimadas pelos novos rigores laborais exigidos pelo normativo consumista, as práticas de saúde em contextos de lazer não só ganharam uma nova centralidade como se revestiram de novos significados.

A original e elementar necessidade de cuidar do corpo humano, tendo em vista a sua sobrevivência, expressa-se actualmente numa panóplia de práticas que vão muito para além da mais remota de todas as práticas de saúde – a alimentação. Se, outrora, a gestão do corpo traduzia o seu entendimento singular enquanto entidade física, expressão de uma sociedade dominada pelo vector laboral e por um conceito de saúde assente no modelo biomédico, hoje, ele é a manifestação das incomplacências de uma sociedade do consumo, onde a saúde é conceptualizada à luz do modelo biopsicossocial e expressa na lógica da promoção da saúde.

Neste novo cenário social, o corpo, como tantos outros bens, deixa de ser encarado numa lógica de sistema biofuncional (nível biológico da necessidade e da subsistência) e passa a ser gerido com base no sistema sociológico de signos (nível próprio do consumo). Assim, o corpo passa a ser gerido em função do fim último da sociedade do consumo, a felicidade, passando a ser alvo de “todo um arsenal de normas, de

informações técnicas e científicas capazes de estimular um trabalho permanente de autocontrolo e de vigilância de si próprio: depois do imperativo categórico, o imperativo narcísico incessantemente glorificado pela cultura higiénica e desportiva, estética e dietética” (Lipovetsky, 1994:65).

Saúde e produção de si próprio

Esta panóplia de atributos dos quais o corpo é actualmente investido induz, constantemente, a diferentes significados do conceito de saúde.

A evolução social e contextual da representação da saúde é actualmente condicionada por princípios como o da promoção de estilos de vida saudáveis e da responsabilização do individuo pela sua saúde, os quais conduzem a um claro investimento em práticas de lazer que facilitem, quer a manutenção física do corpo (*jogging*, musculação), quer a procura do seu bem-estar, através do consumo de produtos, nomeadamente, aqueles oferecidos por estâncias termais, *spas* e *health centers*.

As Termas, pelas suas especificidades e significados milenares, assumem-se no presente contexto social como um espaço de referência, no qual clássicas e modernas práticas de lazer e de saúde se cruzam, conferindo novos sentidos e significados a este microcosmo. O termalismo português, pela sua riqueza, diversidade e longevidade permite-nos inventariar e analisar esta panóplia de diferentes representações da saúde e do lazer. Foi o que fizemos num estudo de caso das Termas de São Pedro do Sul.

(1) Este artigo é uma súmula de uma tese de mestrado em Lazer e Desenvolvimento Local, apresentada na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Doutor Rui Machado Gomes.



De modo geral, o espaço de consumo termal sustenta-se numa representação do tipo hegemónica, isto é, pertence ao domínio das práticas médicas alternativas, amplamente aceites e partilhadas, e não discutíveis. Enquanto espaço de lazer é claramente equacionado numa perspectiva funcionalista, ou seja, é procurado pelos aquistas tendo como principal motivação a cura. Contudo, num segundo momento, percebemos que a representação é condicionada por determinantes de natureza estrutural, ou seja, a escolha dos indivíduos é regulada pela sua matriz social e determinada por aspectos como o rendimento, a formação académica e a condição socioprofissional. Assim sendo, podemos identificar grupos assimétricos e redes sociais diferenciadas que fazem das termas um espaço de distinção social expressa no recurso a diferentes es-

tâncias ou balneários termais. Finalmente, a ocorrência de representações polémicas em torno do espaço termal explica-se pelo facto de diferentes indivíduos procurarem as termas com diferentes fins – lazer, bem-estar, saúde –, ou seja, associando a estes espaços símbolos e significados diversos.

A par das diferentes representações daqueles que frequentam as termas numa perspectiva de consumo, verifica-se também a existência da representação da classe médica, dos profissionais do sector e dos *media*. Esta diversidade de representações expressa não só o significado milenar das termas no domínio do lazer e da saúde, como a sua redescoberta face à crescente informação, promoção e responsabilização dos sujeitos individuais nas práticas de saúde públicas.

** Mestre em Lazer e Desenvolvimento Local pela Faculdade de Ciências do Desporto.*

Partilhar experiências profissionais e académicas

Ciclos de Conferências “Jovens Cientistas Sociais”

Marta Araújo, José Manuel Mendes e Marisa Matias *

O Centro de Estudos Sociais (CES) tem tido como uma das suas principais orientações a promoção do diálogo com a investigação produzida noutras instituições, numa matriz claramente transdisciplinar e interdisciplinar. Foi neste sentido que, desde 2005, se deu início à organização de um Ciclo Anual de Conferências no domínio das ciências sociais e humanas, com o intuito de divulgar e debater o trabalho mais promissor de jovens investigadores portugueses ou a trabalhar em Portugal, em áreas científicas muito diversas (Sociologia, Antropologia, História, Estudos Literários e Culturais, Economia e Gestão, Relações Internacionais, Direito, Estudos Africanos, Educação, Ciência Política e Filosofia).

Cada Ciclo Anual consiste em nove conferências de periodicidade mensal, com início em Outubro e prolongando-se até Junho do ano subsequente.

Uma particularidade do Ciclo de Conferências “Jovens Cientistas Sociais” consiste no facto de nele participarem exclusivamente investigadores de outras escolas. Pelo CES passaram já jovens investigadores que desenvolvem o seu trabalho em instituições nacionais e internacionais como o Instituto de Ciências Sociais, o ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresas), a Universidade de Lisboa, vários centros e departamentos das Universidades do Porto e do Minho, a Universidade dos Açores, a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Aveiro, a Universidade de Coimbra, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Universidade do Algarve, o Instituto Politécnico do Porto, a *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (França), o Instituto Universitário Europeu de Florença (Itália), o MIT

(EUA), o *King’s College* (Reino Unido), entre outras. O CES tem, assim, procurado contribuir para a discussão dos resultados das suas investigações a partir de abordagens teóricas diversas e para a partilha de experiências profissionais e académicas. A escolha dos convidados para cada ciclo tem por base a excelência do trabalho que estes têm vindo a desenvolver nas respectivas áreas científicas e a sua internacionalização no espaço das ciências sociais e humanas. Desde a segunda edição, procurou aprofundar-se o debate e a interdisciplinaridade, pondo em evidência a natureza situada do conhecimento. Nesse sentido, introduziram-se em cada sessão os comentários de um investigador do CES e um investigador júnior ou estudante dos programas de pós-graduação do Centro.

Consolidar a estratégia

Maximizar as oportunidades da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade e as potencialidades da investigação em ciências sociais e humanas; desenvolver novos quadros analíticos e teóricos, bem como instrumentos metodológicos inovadores capazes de retratar as especificidades da sociedade portuguesa no contexto da crescente internacionalização das relações sociais; combinar o pluralismo analítico e metodológico com a coerência teórica, de modo a permitir a constituição de um programa integrado de investigação capaz de fomentar a acumulação de conhecimentos – são três das orientações estratégicas do CES. Acreditamos que este Ciclo tem potenciado a sua consolidação. Acresce ainda que, ao abrir as



portas para a realização destas conferências, o CES tem sido palco de interessantes debates, não só entre investigadores convidados e a sua própria comunidade científica, mas também com investigadores, docentes e estudantes de outras instituições académicas, de outros departamentos da Universidade de Coimbra, com profissionais de áreas muito diversas e com membros de várias organizações da sociedade civil. Reforça-se assim, também, outra orientação estratégica da actividade do CES: dialogar com outros actores e com outros saberes. As conferências realizadas na terceira edição do ciclo percorreram temas tão distintos como arte e cidadania, democracia participativa, discriminação, processos eleitorais,

corrupção, direito de imigração, política monetária, interacção verbal, movimentos estudantis, planeamento do território, estudos da ciência e da tecnologia, políticas sociais, trabalho e família, modelos de inovação, políticas de gestão dos recursos naturais, cultura popular portuguesa e teatro, os usos sociais das técnicas de procriação medicamente assistida, cidadania europeia e feminismo de Estado.

Considerando que o domínio das ciências sociais e humanas tem tido pouca visibilidade, não sendo frequentemente reconhecida a sua relevância do ponto de vista do interesse público, pretendemos com estes ciclos contrariar essa tendência.

Breves

CEIS 20 organiza colóquio “Outros combates pela História”

“Combates pela História” é, como se sabe, o título de um livro famoso de Lucien Fèbvre dos anos cinquenta. O grupo dos Annales batia-se por uma história diferente, que depois ficou conhecida como “Nova História”. Ligada a uma concepção de “história social”, mesmo de “história total”, com um sentido estruturalista e de “longa duração”, acabou numa lógica finalista e mesmo um pouco maniqueísta, pois pôs de lado a “história política”, a narrativa, a conjuntura, a biografia... Mas, através de uma recomposição, de novo se deu importância a todas as modalidades da História, mantendo, todavia, o sentido do rigor, que era algo perseguido nos “combates pela História”.

Por isso, o CEIS 20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX), ao comemorar os seus dez anos de existência – reflectindo a respectiva organização e reconhecendo, também, o trabalho da sua fundação, liderado pelo seu primeiro Coordenador Científico, Professor Luís Reis Torgal, recentemente aposentado – pretende, numa lógica interdisciplinar, ou, pelo menos pluridisciplinar, organizar o colóquio a que chama “Outros Combates pela História”.

Procurará, assim, debater o sentido da História, nas suas várias áreas. Contudo, ao propor este tema, não deseja que os autores das comunicações apresentem tanto as suas investigações nas suas áreas próprias – embora elas estejam subentendidas e devam ser expressas –, mas que reflectam sobre o seu sentido, no âmbito da História entendida como Ciência Social e Humana. Para tal, deseja-se que discutam o objecto e o método da História das diversas áreas, equacio-

nando problemas. Daí que se espere que este colóquio seja, sobretudo, um encontro de debate, a realizar nos dias 4, 5 e 6 de Novembro próximo.

Maria Manuela Tavares Ribeiro
Coordenadora Científica do CEIS 20

No centenário do seu nascimento UC publica livro sobre Manuel de Oliveira

Em 2008 comemora-se o centenário do nascimento de Manoel de Oliveira. O Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS 20) associa-se à efeméride, com a publicação de uma obra onde se reúnem ensaios e estudos sobre a sua obra, sob várias perspectivas – o estudo de caso, a análise geral da obra, o estudo comparado – com origem universitária. Pretende-se reunir um conjunto de estudiosos da obra oliveiriana que desenvolvem ou tenham desenvolvido trabalhos universitários – teses, ensaios, investigações, trabalhos. Estes contributos são inéditos e serão publicados na língua natal dos seus autores, dando conta da variedade internacional que a obra oliveiriana projectou.

Largamente conhecida e reconhecida em Portugal e no estrangeiro, a obra cinematográfica de Manoel de Oliveira atravessa todo o século XX português, fazendo do cineasta um caso de longevidade na actividade criativa, desde o cinema sonoro aos nossos dias, resistindo a todos os regimes e modas e cobrindo todo o percurso artístico, da modernidade à pós-modernidade.

Centrada na história de Portugal e sua contemporâneo nos retratos que fez do século XX português, a

obra de Oliveira focou-se igualmente na literatura e dramaturgia portuguesas e estrangeiras, construindo um edifício artístico em torno de uma ideia de Portugal: o país católico; a pátria da língua e cultura que se expandiu em todos os continentes, com particular incidência no Brasil; o mito do Quinto Império, associado ao Padre António Vieira e à utopia global; o convívio pacífico com a Europa e as suas raízes civilizacionais. Com organização de António Pedro Pita e Fausto Cruchinho, investigadores do grupo “Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais” do CEIS20 da Universidade de Coimbra, o livro visa fazer o ponto da investigação que decorre em várias universidades portuguesas e estrangeiras em torno da obra de Manoel de Oliveira.

Estas investigações, ainda não publicadas de uma forma sistemática, constituem já um acervo considerável. Com esta publicação, os organizadores visam dar conta do trabalho universitário oriundo da Europa, Brasil e Estados Unidos da América, em torno da obra do cineasta. A Universidade de Coimbra, que já em 1996 tinha agraciado Manoel de Oliveira com o Prémio de Estudos Fílmicos, em reconhecimento do seu mérito artístico, repete e aprofunda esse gesto, ao destacar a sua obra de entre toda a história do cinema em Portugal.

Fausto Cruchinho

Museu da Ciência recebe prémio de prestígio

O museu da Ciência da Universidade de Coimbra foi galardoado em Dublin, na Irlanda, com o prémio Micheletti – um prémio europeu que distingue o melhor museu do ano, na categoria de ciência, tecnolo-

gia e indústria. O galardão foi atribuído pelo Fórum Europeu dos Museus, organização não-governamental inglesa que, anualmente, distingue novos espaços museológicos, ou museus mais antigos totalmente remodelados, pela inovação e carácter de excelência. O prémio foi anunciado a 17 de Maio, na National Gallery da Irlanda, durante uma cerimónia na qual estiveram presentes mais de duas centenas de pessoas, em representação de 27 países da Europa. Os jurados justificaram assim a sua escolha: “O prémio Micheletti para o museu de tecnologia e indústria mais promissor entre os candidatos deste ano vai, de modo pouco usual, para um museu de ciência: o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, em Portugal, que impressionou o júri com o cuidadoso restauro e design do edifício neoclássico do Laboratório Químico. Através do tema “Segredos da luz e da matéria”, o museu cruza, com grande sucesso, diferentes disciplinas científicas com a integração do edifício histórico, os objectos da colecção, experiências e interactivos multimédia, criteriosamente escolhidos. Soma-se a isto um programa de actividades muito variado e publicações de elevado nível, que resultam numa excelente experiência para os visitantes”.

A distinção deixou, como é óbvio, especialmente orgulhoso o director do museu. “A atribuição do prémio Micheletti ao Museu da Ciência significa o reconhecimento do trabalho realizado na Universidade de Coimbra para criar um museu de ciência moderno, inovador, mas baseado nas suas notáveis colecções e património edificado, representativos do importante desenvolvimento científico dos últimos três séculos. Este é, pois, um momento de satisfação e de responsabilidade para o trabalho futuro”, declarou Paulo Gama Mota, em comunicado. JM

Dentro de um espaço virtual

Cláudia Gameiro

Não têm sala. Os encontros, os trabalhos, executam-se no bar da Associação Académica de Coimbra (AAC), num espaço disponibilizado no momento, ou mesmo no canto de um jardim da cidade. A nova secção de fotografia tem pouco mais de cinco meses, mas os seus elementos procuram activamente a afirmação. A reunião, nesta tarde, foi no último piso da AAC, com um sol de trinta graus a bater nas paredes vidradas e três dos membros da direcção a discutirem as questões do dia numa sala amorfa e abafada, com uma mesa larga e vários bancos vazios. Nem câmaras fotográficas, nem estúdios, nem computadores. Apenas umas quantas revistas de fotografia e a boa vontade dos que aqui trabalham. Paulo Abrantes é o secretário, João Costa o presidente. A secção iniciou a actividade a 6 de Dezembro passado, mas a burocracia ainda não permitiu a tomada de posse.

Comentando a existência de um grupo anterior, Paulo esclarece que nos anos 70 existiu, de facto, uma secção fotográfica, que deu origem, em 1974, ao Centro de Estudos de Fotografia, um organismo autónomo da AAC. Em 2003, o colectivo integrou-se no Centro de Artes Visuais (CAV) e findou a actividade. “Na história da AAC”, refere, “sempre houve uma ligação à imagem fotográfica” e, como tal, seria “um bocado estúpido ninguém cuidar dela” apenas porque um organismo independente se havia desvinculado da Academia. Quatro anos volvidos, iniciou-se um processo que passou, primeiro, pela criação de um grupo de fotografia, depois por uma pró-secção e, por fim, pela actual secção. Até porque “o gosto por fotografia é universal e não é de modas”, não podendo passar despercebido numa cidade repleta de estudantes, com

“muitos deles a quererem” participar nesta actividade, sustenta Paulo Abrantes.

“Liberdade total”

Divertidos, os dirigentes da nova entidade afirmam pertencer à anti-escola, uma corrente que defende ser necessária “liberdade total para fazer fotografia”. De relações cortadas com a secção de jornalismo, o grupo tem crescido com vários objectivos, sobretudo a documentação fotográfica dos eventos académicos. Trabalha, por isso, em parceria com as secções da AAC, a direcção-geral, os núcleos das faculdades e outros organismos autónomos. Paulo Abrantes afirma que se procura actuar, também, no plano pedagógico, com a realização de cursos de fotografia e de *workshops*. Só lamenta não existir “espaço físico para executar alguns” projectos.

As actividades são variadas. De momento, a prioridade vai para a documentação da Queima das Fitas e para um concurso de fotografia. Um dos fins, ainda incerto por depender dos lucros dos espectáculos do Parque, é a edição de um livro com todo o material recolhido. Paralelamente, prepara-se “uma exposição colectiva dos alunos que frequentaram os cursos de fotografia”, intitulada “Base Pxo”. Um evento itinerante que antecede a Bienal de Porto Santo, com o tema “De Corpo e Alma”, e que segue agora para Setúbal. Em cima da mesa está ainda um trabalho conjunto com o comissariado português para a Expo Zaragoza 2008. Procura-se a criação de um regulamento “para a recolha de fotografias a serem passadas em Espanha”. O secretário da secção adianta que,

“no campo estudantil”, esta foi «a única entidade portuguesa a ser convidada a participar”.

Nesta altura, a secção tem cerca de 35 sócios, oriundos, sobretudo, do curso de jornalismo. Paulo Abrantes acha que “podia haver muitos mais”. Mas, pergunta ele próprio, “o que existe para oferecer”? Essencialmente, “pega-se num portátil, vai-se para um sítio qualquer” e trabalham todos em conjunto. Utilizando a fotografia digital, as questões acabam por resolver-se via *messenger* ou por e-mails, gerando-se assim o trabalho “num espaço virtual” que Paulo aguarda que passe rapidamente “para um espaço físico”. Não esquecendo também que embora existam 16 secções culturais e 27 desportivas na AAC, “muitas, tal como outros órgãos, estão em pisos inactivos”. É o caso do Conselho Fiscal, enquanto algumas secções, com pouco mais de uma pessoa e “que vão contra os estatutos da Associação”, têm direito a sala.

O financiamento vai sendo alcançado com os patrocínios para os trabalhos. Como grupo recente, a secção ainda não teve acesso aos dinheiros da AAC. Paulo Abrantes refere que “muitas vezes, nota-se que há uma separação” entre a Reitoria e a Associação, em que a primeira “chama as secções, apenas” para eventos pontuais. Acrescenta, como “crítica construtiva”, que assim não se criam “sinergias” entre todas as secções e que a Reitoria, “que tem sempre uma palavra a dizer na AAC”, devia “participar de uma forma, anualmente, mais activa”.

A secção reúne às segundas-feiras. Contudo, é difícil juntar toda a gente. O grupo refere que “faz falta esse lado de imagem” que as pessoas lhes solicitam por e-mail.

O site, neste momento, encontra-se em actualização, mas há um blogue onde se vão inserindo os materiais relativos aos últimos eventos e fornecendo a informação sobre os projectos. Para os encontrar num espaço fixo, ainda que apenas virtual, é inserir o endereço <http://fotografiaac.blogspot.com/>.



Uma ideia antiga, finalmente concretizada

José de Faria Costa *

Tudo tem uma história. Como na vida. Em geral, simples. Também a jovem Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior (APEES) tem uma história pequenina e, como não podia deixar de ser, simples. A ideia de formar esta Associação nasceu na sequência (ou talvez ainda durante) do Encontro de Imprensas Universitárias Europeias e de Língua Portuguesa, realizado em Coimbra, de 28 a 29 de Setembro de 2001. Pretendia-se criar, à semelhança do que existe, com êxito, em vários países, nomeadamente, Espanha, Brasil, Estados Unidos da América, França, Inglaterra, uma associação de editoras do ensino superior que tivesse como objectivos fundamentais:

i) a união e o fortalecimento das editoras do ensino superior;

ii) a dinamização do livro universitário;

iii) a procura de soluções no sentido de ultrapassar os problemas com que as pequenas editoras se debatem.

O tempo passou, as instituições seguiram paulatinamente o seu curso, nem sempre com a rapidez ou com os apoios desejáveis e legítimos, mas a vontade ficou. E foi esse grão de vontade, que alguns já julgavam perdido, que fez florescer a 11 de Outubro de 2006, de novo, a ideia de uma associação de editoras do ensino superior, durante uma reunião de editoras universitárias, promovida pela Imprensa da Universidade de Coimbra, no período em que se estava a realizar o 1.º Encontro do Livro Universitário de Coimbra. Reunião, aliás, que teve a participação, para além da Universidade de Coimbra, da Universidade do Porto, da Universidade Fernando Pessoa e da Universidade Lusíada.

A conjugação de vontades, a pertinência desinteressada, no prosseguimento e realização de ideias, de alguns,

e a boa vontade de todos fizeram com que, em boa hora, se celebrasse, a 13 de Novembro de 2007, em Lisboa, a escritura pública de constituição da APEES (subscrita, tal como devia ser, pois a isso impunha a importância do Acto, pelos reitores da Universidade de Coimbra, da Universidade do Porto, da Universidade Fernando Pessoa e da Universidade Lusíada).

E sem delongas, para que tudo se concretizasse e se não ficasse no limbo das coisas etéreas, a 6 de Dezembro de 2007 decorreu, nas instalações da Universidade Lusíada do Porto, a primeira Assembleia Geral da APEES, na qual foram eleitos os seus corpos sociais e aprovados os estatutos.

Temos, por conseguinte, uma Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior em plenitude, que assume como seus objectivos primordiais:

i) promover o desenvolvimento das editoras dos estabelecimentos do ensino superior e contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de produção, comercialização e divulgação de tudo aquilo que é realizado ou produzido pelas editoras associadas;

ii) levar a cabo actividades de melhoramento de recursos humanos no campo editorial, com prioridade para as editoras associadas;

iii) fomentar o intercâmbio entre as editoras associadas e entidades congéneres do país e do estrangeiro;

iiii) colaborar com as editoras associadas, tendo em vista ampliar a sua participação em feiras, exposições e mostras do livro, no país e no estrangeiro;

v) manter os seus associados informados no que toca a matérias de natureza comercial, jurídica e bibliográfica. Num tempo de vozes de parceria (algumas vezes exaltadas para lá do razoável) entre o público e o privado, tem todo o sentido uma Associação desta natureza,

neste específico campo. Fazamos dela uma alfaia útil para a prossecução daquilo que é a sua razão de ser primeira: divulgar o saber, a investigação e a cultura em geral por meio do livro ou, se esse for o caso, mesmo por outros suportes informacionais. Fazamos dela um pólo agregador, simples e transparente, das

necessidades e sua tentativa de resolução que o particular campo editorial universitário convoca. Fazamos dela, também, um elemento de realização de ideais culturais, a que não fica mal juntarem-se valores académicos e universitários. Tudo isso é possível. Foi para isso que ela nasceu. O que parece pouco mas é tanto.

** Director da Imprensa da Universidade de Coimbra*



O papel, ontem e hoje

Maria José Azevedo Santos *

Foy o papel desde seus princípios materia de escrever e invenção de esfoliar. Com o primeyro papel esfolavam-se as arvores, com o segundo esfolavam-se os animaes; com o de hoje esfolam-se os homens...

(Pe. António Vieira, Sermões,... 1682)

Ao decidir colaborar, por amável convite da Pró-Reitoria para a Cultura, na X Semana Cultural da Universidade de Coimbra, o Arquivo fê-lo com a realização de uma mostra cujo pretexto, o papel, nos pareceu responder adequadamente à epígrafe deste ano – a imaginação.

A relação estreita e milenar do papel com a escrita, marcada por mistérios e por descobertas, por abusos e por opressões (cfr. Pe. António Vieira), por harmonia e por conflitos, tornou-o protagonista privilegiado da história da Humanidade, que carrega, há séculos, nas suas folhas, meias-folhas, ou livros, de todas as cores e formatos, de múltiplas funções e usos, de inúmeras matérias-primas e nomenclaturas.

Se há, como é sabido, memórias dos lugares, dos sabores ou dos afectos, ninguém ignora, igualmente, que a memória desse suporte material, escrito ou não, concretizado num pentagrama quase onomatopaico, cheio de sortilégio, está presente nos passos mais marcantes da história de todos e de cada um. Por isso, o tempo tem época quando falamos: de pergaminho de pano, ou de trapo, numa clara oposição ao pergaminho, verdadeiro, o de couro ou coiro, material suporte de escrita usado, por excelência, na Idade Média; de papel selado, criado no século XVII; de papel de 35 linhas; de papel cavalinho, vegetal, almaço, pardo ou de ferro (azul, verde, cor-de-laranja, vermelho).

A exposição “O papel ontem e hoje – Arquivo da Universidade de Coimbra – Renova” pretendeu, antes de tudo, celebrar o papel, pondo à vista cerca de sete

dezenas de documentos, do século XV ao século XX. Criteriosamente procurados, não deixaram, todavia, de causar a sempre inultrapassável angústia da selecção, obrigatória, mas, também, subjectiva.

Das sete secções, seja-nos permitido destacar três: o fabrico do papel, as marcas de água, e a fábrica “Renova”. Quanto à indústria papelreira em Portugal, nos séculos XVIII - XIX, ela está bem representada nos contratos, nas certidões e, até, no mapa das fábricas do distrito de Coimbra. O labor dos centros papelreiros da Lousã, de Góis e de Penela, entre outros, era, então, admirável. Por sua vez, a presença significativa de famílias italianas está patente em quase todos os documentos e revela-se a mola vital do êxito desta indústria. Mas a auto-representação do papel, a sua categoria, o seu distintivo, a sua alma, está na marca de água. Conhecem-se em todo o mundo milhares, de natureza e iconografias diversas.

Quanto ao catálogo da exposição, saliente-se um conjunto de estudos: de José Amado Mendes, notável especialista na matéria, e coordenador científico, “O papel e a Renova: tradição e inovação”; de Ana Maria Leitão Bandeira, autora da pesquisa e descrição documental, “Santo António de Lisboa e não de Pádua: marcas de água de papel em documentos do AUC”; de Maria José Ferreira dos Santos, “José Maria Ottone e a indústria do papel em Portugal no século XVIII”; de Joaquim Antero Magalhães Ferreira, autor do design gráfico, “A indústria papelreira em Vizela: as fábricas de papel dos Álvares Ribeiro nos séculos XVIII - XIX”.

Desejamos realçar, ainda, o apoio e patrocínio da “Renova”, testemunho de um modelo de cultura de empresa digno do nosso louvor, sobretudo pelo entusiasmo e interesse com que abraçou esta nossa proposta. A cerimónia de inauguração foi no dia 5 de Março,

na Sala D. João III, sob a presidência do vice-reitor Pedro Saraiva. Entre muitas individualidades, autárquicas, académicas e militares, estiveram presentes o presidente de Administração da “Renova”, Paulo Pereira da Silva, e João Fernandes, delegado do Inatel, que conferiram ao acto uma dimensão nacional, institucional e pluricultural, que muito nos incentiva a prosseguir a nossa obra.

** Directora do Arquivo da Universidade de Coimbra*





CEIS20 comemora uma década de vida

Desenvolver a investigação sobre o último século

Isabel Maria Luciano *

O Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da UC (CEIS20) comemora este ano 10 anos de existência. A sua constituição, em 1998, teve por base a consciência de que o fim do século XX supunha a necessidade de um estudo sistemático sobre a época, que se deveria concretizar numa análise científica em diversos domínios, mas também num amplo e seguro trabalho de debate e numa divulgação, a vários níveis, dos estudos realizados.

O CEIS20 congrega investigadores de diversos domínios científicos e de várias instituições. Trata-se de uma unidade de investigação que tem a História como referência fundamental, mas com objectivos de pesquisa pluri e interdisciplinar. Está organizado em seis Grupos de Investigação: Arquivo da Memória e História do Século XX; Portugal, Europa e o Mundo; História e Sociologia da Ciência; História Económica, Social e das Organizações; Estudos de Comunicação; e Educação e Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais, existindo dentro de cada grupo linhas de investigação e “subprojectos”. Conta, actualmente, com 32 investigadores doutorados elegíveis, 10 doutorados, integrados nos diversos grupos de investigação como colaboradores, seis bolseiros de pós-doutoramento, nove bolseiros de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e um bolseiro de doutoramento do Instituto de Investigação Interdisciplinar da UC – III. Conta, ainda, com 46 investigadores, na sua maioria alunos de doutoramento ou mestrado.

O CEIS20 tem como objectivos fundamentais o desenvolvimento da investigação em várias áreas interligadas sobre o século XX, nomeadamente, fascismo, salazarismo e Estado Novo; colónias e colonialismos; a República e o republicanismo; a relação de Portugal

com a Europa e as relações transatlânticas; a articulação entre fronteiras, democracia e direitos humanos; o desenvolvimento económico e empresarial do país e o património industrial; as correntes artísticas e os movimentos intelectuais; a história da educação; a história do jornalismo e da comunicação; e a história da ciência e das práticas científicas, em particular as ciências da saúde e da vida. Dentro dos seus objectivos fundamentais de divulgação da cultura científica, o CEIS20 publica a revista temática “Estudos do Século XX”, de periodicidade anual, indexada e catalogada na Latindex (www.latindex.unam.mx/) e na International Bibliography of the Social Sciences (www.ise.ac.uk/collections/ibss/); os “Cadernos do CEIS20”, publicação de ensaios resultantes de investigações em curso, com o objectivo de estimular a pesquisa e o debate; e ainda as seguintes colecções: “Estudos sobre a Europa”, coordenada por Maria Manuela Tavares Ribeiro; “Ciências e Culturas”, coordenada por João Rui Pita e Ana Leonor Pereira; e a “A Paleta e o Mundo”, coordenada por António Pedro Pita.

O CEIS20 organiza iniciativas várias, autonomamente e em parceria com outros centros de investigação nacionais e internacionais, por forma a fomentar a realização de projectos em rede e a aumentar a internacionalização do Centro. Tem, ainda, procurado estabelecer protocolos e acordos de cooperação com outros centros de investigação, câmaras municipais e outras entidades, com vista a realizar estudos e a encaminhar para arquivos acervos fundamentais para um melhor conhecimento do século XX português. O CEIS20 integra, igualmente, redes de investigação nacionais e internacionais, nomeadamente com o Ins-

tituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a Fundação Mário Soares, o Grupo de Pesquisa “Intelectuais e Poder no Mundo Iberoamericano”, do Núcleo de Estudos Políticos e Culturais do Departamento de História/IFCH, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o projecto luso brasileiro GRUTHIMEL – Grupo de Trabalho para a História da Infância e dos Materiais Educativos e Lúdicos, a Red de Intercambios para a Historia y la Epistemologia de las Ciencias Químicas y Biologicas (RIHECQB), a PhoenixTN – Thematic Network European on Health and Social Welfare Policy e a SENT - Thematic Network European Studies.

** Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx da Universidade de Coimbra*



Rostos invisíveis da violência armada

Tatiana Moura *

No Brasil, as áreas de investigação e intervenção sobre violência urbana e sobre violências de gênero têm estado separadas: tendencialmente, o campo feminista ocupa-se da violência contra as mulheres, especificamente da violência doméstica, conferindo pouca atenção às outras articulações com o universo da segurança pública. Por outro lado, os investigadores e activistas nas áreas de segurança e criminalidade têm marginalizado sistematicamente as questões de gênero. Tudo se passa como se o fenómeno da violência estivesse dividido em dois pólos independentes: o espaço público, reservado aos homens (que são, de facto, os que mais matam e os que mais morrem com armas de fogo); e o mundo doméstico, considerado o lugar, por excelência, da vitimização feminina.

A abordagem incompleta ao ângulo da violência contra a mulher, assim como o não reconhecimento da participação feminina em contextos de violência armada e de construção da paz, tem originado uma redução dos horizontes de análise e de intervenção, na medida em que, nos dois casos, se perde justamente o aspecto relacional em que se ancoram as violências, ou seja, as interações entre masculinidades e feminilidades. Com o intuito de colmatar algumas destas lacunas nas análises sobre violência armada urbana, no Rio de Janeiro, o Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais (NEP/CES) deu início, em Fevereiro de 2005, a um projecto de 18 meses intitulado “Mulheres e meninas em contextos de violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro”, em parceria com a ONG (organização não-governamental) “Viva Rio”, financiado pela Fundação Ford. Este projecto pretendeu ir além do discurso da vitimização feminina e desconstruir as associações este-

reotipadas entre mulheres e paz (e homens e violência), analisando todos os papéis desempenhados pelo sexo feminino na violência armada do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, procurou-se identificar as “inseguranças individuais” vividas pelas mulheres, ao nível micro, tornando visíveis os impactos (silenciados e marginalizados) da violência armada nas suas vidas. Uma das conclusões do projecto foi a de que, em contextos com elevados índices de violência armada, a que temos chamado “novíssimas guerras”, a violência perpetrada por grupos organizados e a violência de gênero pressupõem a utilização de estratégias e têm consequências que podem ser comparáveis às experimentadas em situações de guerra convencional.

Projecto desdobrado

Actualmente, o projecto desdobrou-se em dois. Um primeiro, intitulado “Mulheres e violências armadas. Estratégias de guerra contra mulheres em contextos de não guerra”, levado a cabo pelo NEP/CES, que pretende analisar e comparar estratégias frequentemente utilizadas em guerras e práticas violentas contra mulheres e meninas em três cidades latino americanas, onde a maioria da violência não está directamente associada à guerra: Rio de Janeiro, San Salvador e Medellin. Em concreto, pretende-se entender o envolvimento do sexo feminino na violência armada organizada nessas três cidades, bem como os usos e manipulações da feminilidade nestes contextos.

O segundo aspecto da investigação corresponde a um Programa de Apoio a “sobreviventes” de chacinas no Rio de Janeiro, ou seja, familiares de vítimas de execuções sumárias levadas a cabo pela polícia naque-

la cidade. Este projecto, que teve início em Janeiro de 2007, surgiu da necessidade de desenvolver, em conjunto com um dos grupos que fizeram parte da primeira etapa do estudo, formas alternativas de fazer frente à violência de que foram (e continuam a ser) vítimas. A meta do trabalho é ampliar o acesso à informação e aos recursos de apoio para pessoas que perderam entes próximos em resultado de actos violentos. Com base nesse objectivo, o projecto promove um

curso de formação em assuntos legais e de direitos humanos – usando como modelo o curso de Promotoras Legais Populares, criado em Porto Alegre pela organização não governamental Themis; apoia a criação de uma rede parceira de serviços de atendimento nas áreas jurídica, psicológica e social; e, finalmente, disponibiliza apoio psicossocial colectivo, através de encontros regulares do grupo de “sobreviventes”.

* Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Um prémio de prestígio

A investigação de doutoramento de Tatiana Moura, “Masculinidades e feminilidades entre novíssimas guerras e novíssimas pazes” foi premiada, em Março deste ano, com uma das duas *Prince Bernhard Scholarships* 2007. Esta bolsa destina-se a jovens investigadores de países da América Latina, de Espanha e de Portugal e resulta de uma parceria entre o Spanish, Portuguese and Ibero-American Institute e a Universidade de Utrecht.

A cerimónia oficial, que teve lugar na embaixada portuguesa em Haia, foi presidida pelo Príncipe Carlos de Bourbon de Parme e contou com a presença dos embaixadores de Espanha, de Portugal e de países latino-americanos, bem como do reitor da Universidade de Utrecht. Tatiana é investigadora permanente do Centro de Estudos Sociais (CES) e membro do seu Núcleo de Estudos para a Paz (NEP). Doutoranda do programa Paz, Conflitos e Democracia da Universidade Jaume I (Comunidade Valenciana), tem o grau de Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e é licenciada em Relações Internacionais pela mesma Faculdade. Nos últimos anos tem coordenado projectos sobre o envolvimento de mulheres em contextos de violência armada, em particular na América Latina, dos quais se destaca o mais recente projecto “Mulheres e violências armadas. Estratégias de guerra contra mulheres em contextos de não guerra”, um estudo sobre o Rio de Janeiro, San Salvador e Medellin, financiado pela Fundação Ford Brasil.

A partir de Junho de 2008, coordena o projecto “Género, Violências e Segurança Pública”, uma parceria entre o NEP/CES e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro. Publicou, em 2005, *Entre Atenas e Esparta. Mulheres, Paz e Conflitos Armados*, Coimbra: Quarteto Editora; e, em 2007, *Rostos Invisíveis da Violência Armada. Um Estudo de Caso sobre o Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 7Letras.



Ao Largo

ENTREVISTA
LUGAR DOS LIVROS

Contributo(s) para a formação de uma identidade

Manuel Ferro*

Foi a Universidade de Coimbra a única existente em Portugal até à implantação da República. Dela saía a maioria dos quadros que geria a nação, bem como todo o vasto império espalhado pelo mundo. Embora independente desde 1822, o Brasil não constituía excepção. Aí, desde os primórdios que a educação tinha sido entregue aos cuidados da Companhia de Jesus, fundadora de colégios nas principais cidades da então colónia, de acordo com os pressupostos definidos pelo Concílio de Trento. Tal hegemonia acabaria por ruir com a política cultural do Marquês de Pombal, que procurava difundir em Portugal os modelos iluministas que se espalhavam por toda a Europa e que culminaram na expulsão da Ordem do território nacional.

Então, efectuou-se uma nova reforma no ensino, cujos efeitos se fizeram sentir desde as primeiras letras na Universidade. Por conseguinte, desde o século XVI que estudantes brasileiros de nascimento afluíam ao Reino e, muito particularmente, a Coimbra. Aqui obtinham os seus graus e regressavam, ingressando nos quadros da administração local. Segundo a longa lista elaborada por Francisco Morais, com base nos livros de matrículas e de Actos e Graus do Arquivo da Universidade, o primeiro destes estudantes foi Manuel de Paiva Cabral, que se forma em Leis a 3 de Junho de 1586. Muito embora numerosos nomes apontados tenham caído no esquecimento, outros tantos, possivelmente, nem foram apontados por falta de indicações precisas.

No período que medeia entre 1577 e 1910, o número de estudantes que consta desse elenco e que atravessou o Atlântico eleva-se a 3012. Viriam cheios de ilusões,

de curiosidade também, “arrancados aos dolentes embalos das mucamas, para o desconhecido de uma vida onde os generosos impulsos da mocidade não eram suficientes para apagar a agri-doce saudade daquelas terras em cujas palmeiras o sabiá continuava a cantar”, como diria Gonçalves Dias nas páginas do “Trovador”, jornalzinho publicado em Coimbra, em 1844, segundo as palavras de Aníbal Pinto de Castro.

Ei-los que partem...

Alguns, menos felizes, fariam a viagem sem retorno, acabando por morrer no Continente, como aconteceu com João da Mota Leite, degolado por ter morto um eclesiástico, em Lisboa, em 1715. Outros, mais afortunados, granjeariam os favores da fama, quer pelas funções exercidas, quer pelas respectivas potencialidades literárias. Uns, ficariam por cá em múltiplas ocupações e fariam carreiras brilhantes. Alexandre da Silva Correia foi lente de Leis e de Instituta, por provisão de 11 de Novembro de 1693, e, depois, de Código, desempenhando ainda o cargo de conselheiro ultramarino. Bartolomeu de Gusmão, inventor da passarola, foi lente de Matemática, e o irmão, Alexandre de Gusmão, conselheiro do Rei, foi sócio da Academia Real da História, além de diplomata. Francisco de Lemos de Faria Pereira, doutor em Cânones, chegou a reitor e a reformador-reitor, tendo sido colaborador e executor da reforma pombalina, em cuja tarefa foi ajudado pelo irmão, João Pereira Ramos, também doutor em Cânones. Domingos de Caldas Barbosa, poeta satírico, formado em Leis e Cânones, foi membro da Arcádia Romana e chegou a presidente da

Academia das Belas Artes de Lisboa. Entre os que regressaram, destaque para o poeta baiano Gregório de Matos Guerra, o “Boca do Inferno”, formado em 1661, que, além de se dedicar à advocacia, cultivou a poesia satírica. Manuel Botelho de Oliveira foi advogado de grande fama. Sebastião do Vale Pontes, depois de exercer a advocacia, professou e chegou a provisor e vigário-geral, desembargador da Relação Eclesiástica, deão da Sé, sócio da Academia dos Esquecidos e distinto orador sagrado – percurso de vida que segue em paralelo com o de João Calmont. Pedro Taques de Almeida, licenciado em 1726, foi governador e alcaide-mor de S. Vicente e S. Paulo. João Mendes da Silva, pai de António José da Silva, o “Judeu”, foi advogado da Casa da Suplicação e, igualmente, poeta. O filho, formado em Cânones, foi o malogrado poeta e dramaturgo, autor de obras que encantaram os espectadores da época, como *Vida do Grande D. Quixote de La Mancha e do Gordo Sancho Pança*, *Os Encantos de Medeia*, ou *Guerras do Alecrim e da Manjerona*, acabando supliciado em Lisboa, condenado pelo Tribunal da Inquisição.

A estes nomes se juntam muitos dos novos quadros do império brasileiro recém-proclamado, que igualmente passaram pelos bancos da Universidade de Coimbra e aqui receberam a sua formação. Refiram-se, a título de exemplo, José Saturnino da Costa Pereira, José Joaquim Fernandes da Silva Torres, Pedro da Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda), Joaquim José Rodrigues Torres (que se tornaria Visconde de Itaboraá), José da Costa Carvalho Júnior, Caetano Maria Lopes Gama, entre outros.

No entanto, a geração de estudantes brasileiros que porventura mais se notabilizaria pela ponte estabelecida entre as duas margens do Oceano, seria a que se viu envolvida na *Inconfidência Mineira*. Figuras notáveis a todos os títulos, não só acalentavam o sonho da independência política, como contribuíram, através da poesia, para a formação da identidade cultural do Brasil. Cláudio Manuel da Costa, formado em Cânones em 1553, além de sócio da Academia Brasílica dos Esquecidos, foi membro da Arcádia Romana.

Fundou a Arcádia Ultramarina, uma colónia da Arcádia Romana no Brasil. Suicidou-se na prisão, por envolvimento na referida conjura da *Inconfidência Mineira*. Inácio José Alvarenga Peixoto, matriculado em Leis, onde se formou em 1760, morreu no exílio angolano. Manuel Inácio da Silva Alvarenga, fundador de uma sociedade literária no Rio que congregou os nomes mais brilhantes do seu tempo, foi igualmente um notável poeta. Tomás António Gonzaga, depois de concluir o curso de Direito, foi nomeado Ouvidor de Vila-Rica. Implicado no processo dos *Inconfidentes*, seria deportado para Moçambique. Tornou-se conhecido, sobretudo, pelas poesias, de índole arcádica, reunidas no volume intitulado *Marília de Dirceu* (1792). Mais ou menos da mesma geração, outro estudante de Coimbra, não envolvido na conjura, José de Santa Rita Durão, depois de uma vida aventureira, compôs o *Caramuru*, um poema épico sobre a fundação da Baía, e chegou a privar, em Roma, com o Papa Clemente XIV.

Em busca de alternativas

Vivia-se um momento em que se buscavam alternativas e se ensaiavam novas formas. O gosto literário transformava-se e os paradigmas literários substituíam-se a ritmo acelerado e de modo radical. Estes jovens procuravam, então, adaptar as formas poéticas às ideias e valores dos novos tempos, a uma visão sublime da natureza, agora também apreciada com diferente olhar, abrindo alas para uma sensibilidade de matriz romântica, se bem que ainda se mantivessem fiéis a modelos neoclássicos e recorressem, até, a estratégias barrocas. Esteticamente divididos entre a terra onde beberam o conhecimento e aquela onde receberam a sua formação – Coimbra e a pátria de nascimento –, as suas poesias são como que a confissão do amor pelo espaço de origem, pelo ambiente de proveniência. Alguns, como Cláudio Manuel da Costa, conferem aos cenários nativos uma dignidade artística e literária, projectando-os sobre um fundo mítico, como refere Sérgio Buarque de Holanda.

A expressão da identidade nacional ganhava contornos cada vez mais nítidos, mediante a exaltação das paisagens nativas. Quando o espaço brasileiro começa a ser objecto do discurso literário, naturalmente que os aspectos mais valorizados são o exotismo da fauna e da flora, o tropicalismo e o nativismo, pela peculiaridade, pujança e fertilidade da natureza; pelo clima quente e agradável; pela embriaguez dos sentidos e pelo deslumbramento perante um ambiente fascinante; pelo confronto com o índio e pela curiosidade despertada pela especificidade da sua cultura.

Por outro lado, distanciando-se da realidade imediata, em fuga para um mundo de pura ficção bucólica, transfiguravam o real histórico e moldavam-no na linguagem estética do tempo, sem que perdessem de todo as amarras aos factos e à verdade¹. Com o mesmo objectivo, estabelecem uma estreita rede de intertextualidades com outras composições do seu tempo ou de períodos passados, como atesta a *Fábula do Ribeirão do Carmo*, de Cláudio Manuel da Costa², recriando poeticamente, ao gosto da Arcádia, um espaço fabuloso que serve de cenário aos enredos amorosos trágicos de ninfas e pastores.

Fascínio por Coimbra

No discurso neoclássico de matriz arcádica por eles utilizado, rastreia-se a ideologia revolucionária do Iluminismo, numa perspectiva libertária³. Detectam-se com facilidade os tópicos do ideário enciclopedista,

que alimenta ideologicamente alguns poemas e os torna uma espécie de panfleto político⁴. Noutros momentos, não faltam alusões às teorias de Rousseau, e tudo imbuído de uma embriaguez de sentimentos e sensações, através da qual o homem e a natureza se identificam, muito particularmente quando o momento a isso convida. Em casos específicos, desenvolvem em paralelo uma densa rede de comentários históricos aos poemas, como no *Uruguai*, de Basílio da Gama (que, muito embora seja deste período, não frequentou a Universidade de Coimbra), ou em *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, cujo poema se faz acompanhar de um extenso ensaio introdutório sobre a matéria épica⁵. O historicismo aí imanente prepara o caminho para o gosto romântico pelo romance histórico, em paralelo com a difusão de uma nova sensibilidade e uma nova atitude perante o tratamento do amor, que transpira da lírica da generalidade dos poetas aqui evocados.

Assim, podemos defender com algum fundamento que a Universidade de Coimbra contribuiu, mediante a formação dada a esta geração, para a formação e consolidação da identidade nacional do “país irmão”, que uns anos depois havia de nascer. Por todos estes motivos, compreende-se, pois, o fascínio que a Universidade de Coimbra, enquanto alma mater, continua a exercer, ainda hoje, nas gerações mais jovens dos brasileiros, que aqui afluem para continuar a sua formação intelectual.

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

NOTAS:

1. Cf. Edward Lopes, *op. cit.*, pp. 53.
2. Veja-se, a título ilustrativo, de Cláudio Manuel da Costa, a *Fábula do Ribeirão do Carmo*, in: Domício Proença Filho (Org.), *op. cit.*, pp. 120-127. Sobre a matéria comum aos dois poemas, refira-se Maria Aparecida Ribeiro, *Literatura Brasileira*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 55. Para uma análise expositiva do poema, veja-se Sérgio Buarque de Holanda, “A Arcádia heróica”, in: *Capítulos de Literatura Colonial*, loc. cit., pp. 154-174.
3. Cf. Edward Lopes, *Metamorfoses — a poesia de Cláudio Manuel da Costa*, São Paulo, UNESP, 1997, pp. 44-45.
4. Cf. Fábio Lucas, *op. cit.*, pp. 87-88.
5. O vínculo entre o “Fundamento histórico” e a epopeia, em *Vila Rica*, é tal que João Ribeiro (“Cláudio Manuel da Costa”, p. 21, in: Domício Proença Filho (Org.), *op. cit.*, pp. 5-26) considera que a eventual falta de qualidade do poema resultaria da dependência deste perante aquele.

Luís Reis Torgal nos dez anos do CEIS20

“Eu não quero este sistema!”

João Mesquita

A 24 de Agosto de 2007, Luís Manuel Soares dos Reis Torgal, filho de pai médico e de mãe doméstica, pôs termo a uma carreira de 37 anos como professor universitário. Nascido na rua Corpo de Deus, em Coimbra, a 14 de Janeiro de 1942, só se tornou bom aluno a partir do sexto ano do liceu. Licenciou-se em História em 1966, doutorou-se em 78 e tornou-se catedrático em 87. Onze anos depois, estava a formar o CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX).

Hoje, acha que se não fosse a criação do Centro, instalado numa vivenda próxima do Penedo da Saudade, a desilusão com que abandonou o professorado teria sido ainda maior. Está desgostoso com muita coisa: com o não ter conseguido criar uma “escola” de investigação sobre o Estado Novo; com o rumo tomado pela Universidade portuguesa, que o “processo de Bolonha”, a seu ver, só vem agravar; com o peso dos meios de comunicação na sociedade; com a política do Governo e do PS, partido onde militou até meados dos anos de 1980; com a Câmara de Coimbra e com o modo como os Executivos tratam a sua cidade de sempre. Casado por duas vezes (enviuvou da primeira mulher) e pai de dois filhos, garante, em todo o caso, que não se tornou um “velho do Restelo”. Nem sequer ficou amargurado pela derrota na eleição para reitor, a que concorreu em 98. E está muito longe de ter perdido os seus prazeres: o cinema, o teatro, os livros, as viagens, a boa mesa, os jogos da Académica...

De resto, continua a frequentar o CEIS 20 e a participar em todos os debates públicos que pode. No fundo, cimentou a ideia de que o “diagnóstico” feito por Karl Marx “é notável”. E percebeu melhor que não quer “este sistema”.

A instituição onde estamos, o CEIS20, completa dez anos de vida. Como seu fundador e primeiro coordenador, que significado atribui ao facto?

Esta casa é um espelho do que se fez nestes dez anos. Desde o cartaz da entrada, sobre um colóquio acerca de Humberto Delgado — que foi a primeira coisa que o Centro fez, em 98 —, até ao que já é futuro. Passando pelas publicações próprias (Cadernos CEIS20 e Estudos do Século XX), o site, as actas, as publicações conjuntas com outras instituições...

Como surgiu a ideia da criação do Centro?

Partiu, sobretudo, de dois orientandos meus em trabalho de doutoramento: Armando Malheiro da Silva (na altura, estava na Universidade do Minho, hoje está no Porto) e Eloísa Paulo (uma luso-brasileira que actualmente é uma doutorada-desempregada. Há muita gente nesta situação, ao contrário do que diz o senhor engenheiro Sócrates...). Pelo meu lado — o que ajudará a explicar que tenha sido o primeiro coordenador — conhecia o funcionamento de todos os centros de investigação. E havia um certo dinamismo do Ministério da tutela, que abriu um concurso para a criação do Centro. Oficialmente, esta é de 98, mas as reuniões começaram em 96, repartindo-se por vários locais: Casa



“Nunca digo que ‘no meu tempo é que era bom’. Tive, nos últimos anos, dos melhores alunos de sempre. Não sou um velho do Restelo”.

da Cultura, Faculdade de Economia, Salão da Universidade... Também é preciso dizer que existiu um grande apoio da reitoria, que começou com Rui Alarcão e continuou com Fernando Rebelo e Seabra Santos, já desde quando era vice-reitor. Foi sua a ideia de nos instalarmos aqui. Embora o património fosse um zero absoluto. Fomos nós que adquirimos os livros, as mobílias, tudo. Não estou a queixar-me. Até porque, repito, tivemos um grande apoio da reitoria. Tenho de reconhecer.

Que ponto de situação faz, relativamente ao ensino e à investigação históricos em Portugal?

Bom, aí entra a minha reflexão crítica. Sou um optimista por natureza, mas, numa visão realista, entendo que todas estas reformas não trouxeram nada de bom à Universidade. O que se está a passar, por razões de ordem económico-financeira, é uma diminuição de nível, em todos os graus, que põe em causa o investimento feito na Investigação e na Cultura a partir dos anos 60. Hoje — o que representa uma recuperação de uma velha ideia dos anos 30 —, o objectivo é que a Universidade forme medianamente, deixando para as “bolsas” de investigação científica a formação superior. Aposta-se nas Escolas mais “produtivas”, mas mesmo nessas mantém-se sem emprego gente altamente qualificada. Ora o investigador, aliás como toda a gente, precisa de estabilidade. Privilegiam-se as áreas comercial e industrial, mas mesmo aí desrespeitam-se sectores tradicionais como o da cerâmica. Até se criam novos termos, alguns dos quais vindos da física nuclear, como “massa crítica”. Eu prefiro “consciência crítica”. Não sou só eu a dizê-lo — todos os meus colegas europeus o fazem: a Ciência é cada vez menos independente. Porque é cada vez mais dependente de uma lógica economicista, capitalista. O Marx, em termos de diagnóstico, que não de terapêutica, foi notável. Correctíssimo. Estamos a viver uma crise que não sabemos o que vai dar.

Apesar do quadro que traça, uma historiadora — Irene Pimentel — venceu recentemente o prémio Pessoa. Não atribui nenhum valor a isso?

Já antes, o José Mattoso e o Cláudio Torres o tinham ganho. Curiosamente, estou, de alguma maneira, ligado a todos. No caso da Irene, argui as duas teses dela — a de mestrado e a de doutoramento, sendo que é esta, sobre a história da PIDE, a originar o prémio. Agora, os prémios são dados em função de determinadas lógicas. Aqui, creio que funcionou como contra-vapor: numa altura em que o Estado Novo está na moda, procurou-se chamar a atenção para a sua lógica repressiva. Não ponho em causa, é claro, o valor da Irene. Aliás, devo ter sido das primeiras pessoas a felicitá-la. Mas tudo tem o seu condicionalismo.

Foi um dos grandes críticos do programa da RTP denominado “Os grandes portugueses”, tendo mesmo surgido nos ecrãs da estação, num programa de lançamento do concurso, com uma posição que chegou a surpreender muita gente pela sua agressividade. A forma como o programa evoluiu, a seu ver, confirmou ou infirmou a sua posição?

Confirmou completamente. De resto, não era só eu a colocar reservas. Até o professor Eduardo Lourenço o fez. Mas não acreditava, apesar de tudo, que Salazar ganhasse. Há saudosistas, há

críticos em relação à realidade actual, mas acho que não há um neo-salazarismo. Não acredito que estejamos num país em que as pessoas consideram que a sua primeira figura foi Salazar. Só que me esqueci da importância que os meios de comunicação – os telemóveis, os sms, etc – têm hoje.

Foi só por isso que Salazar ganhou?

Não acredito que Salazar aparecesse como primeira figura num inquérito normal. Já o escrevi: fabricou-se uma memória. É o poder dos meios de comunicação, que pode criar uma “realidade” falsa. O resultado do concurso foi a prova provada da existência de uma crise da consciência histórica.

A que chama “consciência histórica”?

Chamo consciência histórica a uma consciência que seja algo de consolidado, sobretudo na Escola. Esta está em crise e, portanto, é natural que também haja uma crise da consciência. Nunca digo que “no meu tempo é que era bom”. Tive, nos últimos anos, dos melhores alunos de sempre. Não sou um “velho do Restelo”.

Reformou-se este ano do ensino, após 37 anos como professor universitário.

O que é que ganhou com isso?

Muita coisa. Ainda fui dos professores que conseguiu constituir uma “escola”. Sinto-me feliz. Tenho doutorandos aqui, no Brasil, em Espanha, na Itália... O grande objectivo de um professor universitário é a criação dessa “escola”. Ela é o prolongamento da nossa actividade, com investigadores porventura melhores do que nós. A minha mágoa é não ter conseguido prolongar essa “escola” à área em que trabalhei nos últimos 20 anos: o Estado Novo. A Universidade, hoje, está num processo de envelhecimento que vai ter consequências terríveis. Não se renova. Estão-se a despedir professores auxiliares com doutoramento. É um fim de carreira com muitas desilusões. Se não fosse o CEIS20 era, talvez, a desilusão completa.

Mas não há ninguém a trabalhar sobre o Estado Novo na Universidade?

Não. Há abordagens, feitas por gente como o Rui Bebiano e o Vítor Neto. Hoje, não são razões de natureza científica que levam à criação de novos cursos; é a lógica do capitalismo selvagem. Não sou nem nunca fui comunista, mas estou com uma linguagem muito marxista...

É só isso que explica a ausência de renovação?

Basicamente, é. A partir de determinada altura, deixaram de entrar novos professores para a Universidade e não houve imaginação para criar cursos que correspondessem a verdadeiros interesses nacionais. Nas áreas dos estudos africanos e orientais, por exemplo.

Também este ano, entrou em vigor o chamado modelo de Bolonha. É mera coincidência isso acontecer quando se reforma?

Não, não é. As piores previsões estão a consumir-se. Bolonha não é a grande reforma da Universidade. Hoje, já toda a gente o diz. Menos os ingleses, talvez, porque o modelo já lá imperava. Podia ter sido um excelente meio de repensar a Universidade. Mas não. Imperou

“Há saudosistas,
há críticos
em relação
à realidade actual,
mas acho
que não há um
neo-salazarismo”.

a lógica do “3+2+4”, que deixou de fora tudo o que era positivo na “Declaração de Bolonha”, que não era uma negação da Universidade da cultura, da cidadania, da consciência crítica. Apoderou-se dela todo o pragmatismo, a “sustentabilidade”, a tese de que “não há alternativa”, os critérios de “rentabilidade”, que hoje são dominantes. Nós seguimos o sistema. Fomos dos que mais nos pusemos de cócoras. Ora, eu não quero este sistema!

Em 1998 candidatou-se a reitor da Universidade, tendo perdido na segunda volta para Fernando Rebelo. Tornava a repetir a experiência?

Tornava, até porque sempre pensei muito a Universidade e a política universitária. Mas é difícil ganhar eleições deste tipo sem ter apoios político-partidários. Essa experiência faz parte do meu currículo, mas não fiquei nada “amargo” com os resultados. Tenho, aliás, as melhores relações com Fernando Rebelo.

Como olha para o ministro do Ensino Superior e da Investigação Científica, José Mariano Gago?

Como ministro da Ciência e da Tecnologia [NDR: no Governo de António Guterres], foi um bom ministro. Já não acho que esteja a ser um bom ministro do Superior. O seu problema é que segue o sistema. Aliás, como todo o Governo. É anti-socialista!

O que é que o leva a dizer isso?

Olhe, não foi capaz de pensar de uma forma original a “Declaração de Bolonha”. Deixou-se “ir na onda”. O que é certo é que estamos numa lógica de universidade de massas, de doutorados sem emprego, de bolsas científicas de elite e, apenas, em determinadas áreas. O que ponho em causa é toda a política de Ciência, de Cultura e de Educação. Não apenas a do Superior. É falsamente socialista. O que critico é a filosofia que está por trás dessa política. A ideia de que não há alternativa.

Já agora, tanto mais que também foi professor do Secundário, como vê as movimentações dos seus colegas do sector?

Indicam que sentem haver uma desvalorização do professor. Os bons professores até querem ser avaliados. Mas todas as avaliações estão a ser altamente burocratizadas. Hoje, há uma espécie de profissionais da avaliação. A ministra não é dialogante, pensa a Educação numa lógica formal, em que o que está em causa é quanto se gasta com o aluno. Perdeu-se a noção da essência do ensino: cultura e cidadania.

O sr. é presença frequente em debates sobre Coimbra. É por amor à cidade, por entender que esse é um dever cívico, por simples gosto na discussão ?...

Sou um homem de Coimbra. Nunca fui “coimbrinha”, mas também nunca tive necessidade de o dizer. Amo a minha cidade, como amo o meu país. Coimbra devia ser valorizada, não desvalorizada. Mas é sobretudo por razões cívicas que intervenho. Há outros que falam muito de Coimbra, mas nunca estão na discussão.

A propósito: que balanço faz de Carlos Encarnação como presidente da Câmara?

Carlos Encarnação é uma pessoa muito simpática, civilizada e correcta. Mas desiludiu-me.

“Sou um homem
de Coimbra.
Nunca fui
“coimbrinha”,
mas também
nunca tive
necessidade
de o dizer.
Amo a
minha cidade,
como amo
o meu país”.

Não votei nele, mas acho que, verdadeiramente, não fez nada de original. O que se fez vinha de trás. Continuam por criar, por exemplo, as estruturas culturais.

O sr. foi, de resto, um dos subscritores de um documento público em que se faz uma acesa crítica da política cultural da Câmara.

Com muitas ressalvas, aliás publicadas. Não gostei muito do documento. Achei-o demasiado conjuntural e sou de opinião que, além de dever procurar uma convergência maior, devia tentar suscitar o diálogo com a Câmara. Mas assinei-o porque acho que é preciso um abanão.

Quem gostaria de ver no lugar de Encarnação?

Não respondo. Nestas coisas não se deve dizer A, B ou C. Neste momento não vejo ninguém. Mas não enjeito que possa aparecer alguém, que à primeira vista não tem grande perfil. Por mim, gosto mais de gente que desenvolveu uma profissão do que dos chamados políticos “jota”. De gente que não vê na política uma carreira, mas um acto de intervenção cívica, realizado num determinado momento.

A culpa do actual estado de coisas é só da Câmara?

Não. Também é do Governo. Portugal é um país altamente centralizado. Não se apoia esta cidade como não se apoia nenhuma outra. Há concessões demagógicas a regionalismos, mas o país não é pensado na sua globalidade. Tome-se o exemplo do metro de Coimbra. É preciso ou não é? Se é, faça-se!

E como é que explica essa atitude do Governo em relação a Coimbra?

Talvez porque ainda não se conseguiu transformar a sua Universidade numa coisa completamente tecnocrática... Coimbra é uma cidade que qualquer país gostaria de ter. Devia ser valorizada, como os italianos, os espanhóis ou os ingleses valorizam cidades universitárias como Bolonha, Salamanca ou Cambridge. Mas o que eu vejo é que Coimbra não é uma “cidade modelo” para este Governo.

Já vi que não partilha a ideia de que a cidade está dependente da Universidade.

Não penso que haja dependência. A ideia de que a Universidade vive fechada numa torre de marfim morreu há 30 anos. O que há é uma Universidade com mais de sete séculos, que até por isso devia ser valorizada.

É visto como um socialista, com uma posição fortemente crítica em relação à direcção do PS.

Vê-se que essa imagem tem inteira correspondência com a realidade.

Sou claramente contra esta linha que domina o partido. Nem social-democrata é. Por natureza, o socialismo é idealista. Pragmáticos são os fascismos. O dr. Armando Gonçalves costuma dizer-me: “Nós somos do PSA – do Partido Socialista Antigo. Mas também acho que o Manuel Alegre, de quem fui apoiante, não vai muito longe. Há determinados momentos em que é preciso romper. Compreendo que ele não o queira fazer, mas enquanto estiver integrado nada se alterará profundamente.

Quando não está a pensar em História está a fazer o quê?

A ver teatro, cinema, na minha casa da aldeia [Figueira de Lorvão], a conhecer novas terras, a ler o que posso... Não sou nenhum “rato de biblioteca”. Interesse-me por muitas coisas. O meu “hobby” preferido é o cinema. Sou um cinéfilo, coisa que herdei da minha mãe.

Também é tido por um bom “garfo”...

[Sonora gargalhada]... E por um bom “copo”! Gosto de comer e de beber. Pouco e bem. E não gosto de restaurantes caros.

Continua a acompanhar a Académica?

Sempre! Futebol, para mim, é no campo, com os amigos. É uma maneira de estar e é uma forma de participação. Atenção que só sou da Académica. Embora tenha alguma simpatia pelo FC Porto, por causa dos meus filhos.

“Sou um optimista por natureza, mas, numa visão realista, entendo que todas estas reformas não trouxeram nada de bom à Universidade”.





Lugar dos Livros

Título: Orações de Sapiência da Faculdade de Direito

Coordenação: Rui Marcos e Maria João Padez

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra 2007

Trata-se de uma compilação de 21 orações de sapiência, desde António Luís de Sousa Henriques Seco (1856) a Jorge de Figueiredo Dias (2005).

Mais do que traduzir uma parte do acervo da Universidade de Coimbra, nomeadamente da Faculdade de Direito, este livro abre pistas sobre os diferentes horizontes do Direito e de tudo o que com ele se relaciona. “Na formalidade do rito da prelecção de uma Oração de Sapiência encontram-se, para quem quiser ver e perceber, linhas cruzadas de tantas e tantas coisas que o seu estudo se mostra de enormíssimo potencial heurístico”, escreve na nota de abertura o presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito, José de Faria Costa, também presidente da Imprensa da Universidade.

A obra inclui um ensaio, da autoria de Rui de Figueiredo Marcos, intitulado “As Orações de Sapiência na Universidade e na Faculdade de Direito de Coimbra”. Nele, o especialista em História do Direito traça o percurso das orações de sapiência na Universidade de Coimbra, desde a sua consagração definitiva, que resultou das disposições contidas no testamento do Infante D. Henrique, datado de 13 de Outubro de 1460, até à actualidade.

Título: Revista Estudos do Século XX

Coordenação: Isabel Nobre Vargues

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra 2007

O século XX foi, entre muitos outros aspectos identitários, um tempo dos media. E é a este tema que o presente número da revista se dedica como objecto de

reflexão, na medida em que, muito justamente, se reconhece que os meios de comunicação tiveram uma evolução exponencial tal que permitiu grandes mudanças no seu papel e na sua compreensão como instrumentos privilegiados da liberdade de expressão. Os media contribuem para a construção da realidade social, política e cultural, mais acentuadamente desde os finais do século XIX, não só porque informam ou noticiam, opinam e investigam, mas fundamentalmente porque contribuem poderosamente para a formação dos indivíduos e para a democratização dos cidadãos, ao lado da educação.

Título: Cadernos de Jornalismo n.º 1

Direcção: Isabel Ferin

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra 2008

Os “Cadernos de Jornalismo” têm por objectivo divulgar os melhores trabalhos de alunos da Licenciatura em Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, quer de pendor abertamente académico, quer peças resultantes da actividade quotidiana, em disciplinas como a reportagem e a entrevista.

A publicação pretende ainda servir como “cartão de visita” dos estudantes e prováveis jornalistas junto de eventuais futuros empregadores, sendo que a disponibilização dos conteúdos dos Cadernos em plataforma multimédia e a sua ligação à página do Instituto de Estudos Jornalísticos proporcionará a sua divulgação para além da versão impressa.

Colaboram neste número Ana Filipa Oliveira, Ana Rita Faria, Catarina Ferreira, Catarina Prehaz, Clara Almeida Santos, Diana do Mar, Maria Inês Murta, Maria João Lopes, Marta Poiães, Martha Mendes, Raquel Carvalho, Renata Catambas, Ricardo Alexandre, Sandra Ferreira, Tiago Pimentel e Uliana Castro.

Título: Norma e Transgressão

Coordenação: Carmen Soares, Inês Calero Secall, Maria do Céu Fialho

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra 2008

A construção da identidade molda-se através da interacção entre o ‘eu’ e numerosos ‘outros’, que constituem o seu mundo. Desse diálogo plurívoco resulta uma diversidade de modos de actuar e pensar, responsáveis não só pela criação de *normas*, mas também pelo *passar além* do código transmitido, ou seja, da *transgressão*. E é dessa correlação dinâmica entre *norma* e *transgressão*, permanentemente actualizada, que resulta o *progresso* (o *caminhar para a frente*), do ‘eu’, tanto individual como colectivo. Nela reside a própria natureza da actividade criadora, o fascínio pela descoberta, o impulso e necessidade da revolução.

Título: Leonardo Coimbra e a Primeira República

Autor: Fernando Mendonça Fava

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra 2008

A obra cultural, política e social de Leonardo Coimbra é a temática principal deste livro.

O estudo desta extraordinária e multifacetada personalidade – filósofo, homem de ciência, escritor, orador exímio, pedagogo, político – e a análise da sua relação crítica com os poderes instituídos durante o período histórico em apreço, dá-nos conta da enorme distância entre os projectos e intenções do movimento republicano e a obra social efectivamente conseguida pelo regime (muito aquém das expectativas e, por vezes, logrando estas), ao mesmo tempo que se retratam as vicissitudes e os condicionamentos que a um tal resultado conduziram.

Título: Estudos de Literatura Alemã e Portuguesa

Autor: Ludwig Scheidl

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra 2008

Trata-se de uma obra que reúne ensaios e trabalhos de crítica literária dispersos dos últimos dez anos ou expressamente concebidos para esta publicação.

O livro está organizado em três núcleos, que reúnem temas específicos que são abordados ao longo da narrativa. Na primeira parte do trabalho exploram-se os aspectos culturais, políticos e literários da *Viena de 1900*; na segunda é analisada a interinfluência da literatura e do pensamento luso-alemão e luso-austriaco; e, por último, registam-se as duas *Efemérides* que decorreram durante o ano de 2006: os 250 anos do nascimento de Mozart e o cinquentenário da morte de Gottfried Benn e de Bertolt Brecht.

Título: Psicologia Vocacional

Coordenadores: Maria do Céu Taveira, José Tomás da Silva

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra 2008

Psicologia Vocacional: *perspectivas para a intervenção* incide sobre o estudo do comportamento e do desenvolvimento humano através do trabalho, nos mais variados contextos e ao longo da vida, e nas aplicações desse estudo à consulta psicológica e a outras modalidades de intervenção especializada.

É uma obra que pretende ajudar estudantes e profissionais de Psicologia e de outras áreas afins a compreender e a debater, de modo esclarecido, o papel da Psicologia Vocacional e da intervenção dos psicólogos, na resolução de problemas e na tomada de decisões que se relacionam com o trabalho e com o acto de trabalhar. O livro procura, ainda, demonstrar o pa-

pel da Psicologia Vocacional no aperfeiçoamento de potencialidades e na melhoria do bem-estar psicológico, numa diversidade de populações.

Título: Coimbra. A montagem do cenário urbano.

Autor: Jorge de Alarcão

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra 2008

Trata-se de uma obra que descreve e reconstitui o lugar ou o espaço da cidade de Coimbra desde o tempo dos Romanos até ao de D. Afonso III. A cidade compreendia a Almedina que integrava o espaço intramuros, em época romana presidido pelo fórum e, na medieval, pela alcáçova e pela Sé, e o arrabalde que surgiu de manchas de povoamento em torno das igrejas de S. Bartolomeu, S. Tiago e Santa Justa – manchas que de diversa maneira foram alastrando, numa urbanização mais planeada entre o Arnado e Santa Cruz. Apesar da descrição de uma cidade, tal como foi no passado, ficar sempre aquém do desejado, o que se pretende com este livro é mostrar o cenário que os Romanos montaram e aquele outro que foi o da Idade Média, revelando as diferentes feições da cidade romana de *Aeminiun* e a medieval de Coimbra.

Título: Portugal visto do Céu

Edição: Argumentum

Lisboa 2008

Portugal visto do Céu o prazer de ver a paisagem

O *Portugal visto do Céu* começa por ser um livro de fotografias aéreas que lhe dá o título. Mas, sendo um livro de fotografias aéreas, não se resume ape-

nas a um livro de fotografias. São fotografias de paisagens que, para além disso, nos falam de paisagens. E porque versa acerca de paisagens, revela em toda a linha os equívocos do termo, desde a palavra que o senso comum popularizou, com um sentido vago de imagem do mundo à vista, àquela convertida em conceito equívoco no discurso dos geógrafos. Em *Terre des hommes*, Antoine de Saint-Exupéry diz-nos que “o avião, se é indubitavelmente uma máquina, é também um instrumento de análise. Instrumento que nos faz descobrir a verdadeira face da terra”. Com o avião, encurtamos o mundo e aprendemos a linha recta da viagem. Deixamos de olhar os acidentes, as orlas dos caminhos e fixamo-nos nos povoados, encruzilhadas que estes nós fixaram e alimentaram desde tempos que se perdem na memória. Mas também aprendemos a ver de longe, a ver das alturas:

“Quando o jacto subiu ao céu,
ficou claro porque a cidade
cresceu como cresceu,
olhada à escala de seis polegadas por milha.
Foi então aparente a arte
do que da superfície parecia acidental
sem plano e sem estilo
quando o jacto subiu ao céu.
Quando o jacto chegou aos dez mil pés
ficou claro porque o país
tinha cidades onde corriam rios
e porque eram os vales povoados.
A lógica que há na geografia
ficou traçada de forma clara
quando o jacto chegou aos dez mil pés...”
(de Zulfikar Ghose)

Ou, num movimento inverso, como nos fala José Saramago, em *O Memorial do Convento*: “Devagar a Terra aproxima-se, Lisboa distingue-se melhor, o rectângulo do Terreiro do Paço, o labirinto das ruas e travessas, o friso das varandas onde o padre mora”.

Vista do Céu, a terra flui como um rio: “O vento muda para sudeste com muita força e a terra passa em baixo como a superfície móvel de um rio em que transportasse na corrente campos, bosques, aldeias, cores de verde e amarelos, ocres e castanhos, paredes brancas, velas de moinhos e também fios de águas sobre a água.”

Eis-nos, lá em cima, investidos em físicos, em biólogos, em geógrafos, olhando de longe examinando os povoados, grandes e pequenos, que ora orlam o fundo dos vales ou as cumieiras das serranias, ora se espriam pelas planuras desenhando constelações e nebulosas sobre a terra.

Por isso, este livro, ao mostrar-nos paisagens, falamos também de múltiplas paisagens, desde as dos registos fotográficos às que habitam dentro de nós.

A paisagem como cenário e como conceito

Noção equívoca, a paisagem espraia-se entre o uso comum e a ciência. Da paisagem-cenário, que a vista alcança, feita de paisagismo pictural, à paisagem-conceito, que não poucas vezes se funde em objecto da ciência geográfica. Os geógrafos interessaram-se pela paisagem desde os tempos da constituição da disciplina. Primeiro, pelas narrativas dos viajantes e exploradores, deram conta da diversidade dos mundos; em seguida, de uma forma cada vez mais ordenada e precisa, os geógrafos de oitocentos centraram-se na sua composição.

A paisagem passou a ser descrita conjugando, em graus diversos, o olhar analítico e a sensibilidade do observador, até se afirmar como interface de várias perspectivas. A análise da paisagem parte então da multiplicação de pontos de vista, do olhar de perto e

de longe, de baixo e de cima, construindo a partir deles uma imagem compósita e sintética.

O *Portugal visto do Céu* apresenta-se como uma composição feita de fotografias tiradas do céu e de textos, segundo uma ordem para falar de Portugal através das paisagens vividas e escritas. Destas, emerge uma visão de Portugal feita de geografias várias, que nos fala de um Portugal de paisagens, através de fotografias e textos. Seleccionados e arrumados segundo uma sequência falam, porventura, muito dos seus autores e do seu tempo, à maneira dos mapas antigos que dizem mais de quem os fez do que das terras de que dizem falar...

De novo José Saramago: “É Mafra, além, gritava Baltasar, parece o gageiro a gritar do cesto da gávea. Terra, nunca comparação alguma foi tão exacta, porque esta é a terra de Baltasar, reconhece-a mesmo nunca a tendo visto do ar, quem sabe se por termos no coração uma orografia particular que para cada um de nós, acertará com o particular do lugar onde nascemos, o côncavo meu do teu convexo....

É a minha terra reconhece-a como um corpo”.

Em suma, o visto corre a par do dito. E assim os textos oferecem uma contextualização das imagens, um envolvimento que lhes confere uma textura temporal, aqui e ali, evidenciando memórias colectivas dos homens e dos seus territórios. Ver estas fotografias não implica apenas um olhar distanciado, mas também um envolvimento de reconhecimento dos lugares, à procura da curva do rio que passa na minha aldeia. Como Roland Barthes nos dizia em *A Câmara Clara*: “A fotografia em si não é animada em nada, mas ela anima-me – é o que toda a aventura faz”.

Que este livro nos leve à aventura da interpretação e do prazer de ver.

António Gama

Geógrafo, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra



Espaço das Escolas

O Observatório Astronómico

da Universidade de Coimbra, 1772-1799

Carlos Moura Martins * | Fernando B. Figueiredo **

“As vantagens, que resultam de se cultivar eficazmente a *Astronomia*, com todas as mais partes da *Matemática*, de que ela depende, são de tão grande ponderação, e de consequências tão importantes ao adiantamento geral dos conhecimentos humanos; e à perfeição particular da *Geografia*, e da *Navegação*; que tem merecido em toda a parte a atenção dos Soberanos, fazendo edificar Observatórios magníficos, destinados ao progresso da *Astronomia*, como Ciência necessária para se conseguir o conhecimento do Globo terrestre; e se terem nas mãos as chaves do Universo.”

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772

A ideia de construir um Observatório para a nova Faculdade de Matemática surge dos Estatutos da reforma pombalina. Estes encaravam a Ciência como a disciplina redentora para uma modernização e mudança de mentalidades do país. E o Observatório Astronómico constituía uma síntese desta vontade. Pretendia-se um estabelecimento para o ensino e para a investigação, onde os estudantes tivessem aulas de Astronomia prática e os professores se dedicassem a “todas as Observações, que são necessárias para se fixarem as *Longitudes Geográficas*; e rectificarem os Elementos fundamentais da mesma *Astronomia*.”

É com base neste programa que Guilherme Elsdén desenvolve, em duas versões conhecidas, o projecto do Observatório. A primeira versão (ca. Outubro de 1792), um volume com três pisos, organiza-se a partir do aproveitamento das duas torres do antigo castelo de Coimbra, enquadradas nos topos laterais. Uma solução que foi abandonada pela dificuldade em integrar as torres, principalmente a de forma pentagonal, no conjunto do edifício. A segunda versão, a mais monumental das propostas, será aprovada em 12 de Fevereiro de 1773. Um volume de dois pisos, porticado no piso térreo, e encimado por um corpo recuado onde se eleva, ao centro da composição, a torre do Observatório. Entre estas duas versões, Elsdén realizará um outro desenho (Novembro de 1772).



Não propriamente um projecto para o Observatório, pois este continha um programa complexo, mas um exercício demonstrativo da viabilidade de adaptação da torre-cisterna do castelo medieval, de planta quadrangular, a Observatório, “segundo a forma do Observatório na Universidade de Cambridge”.

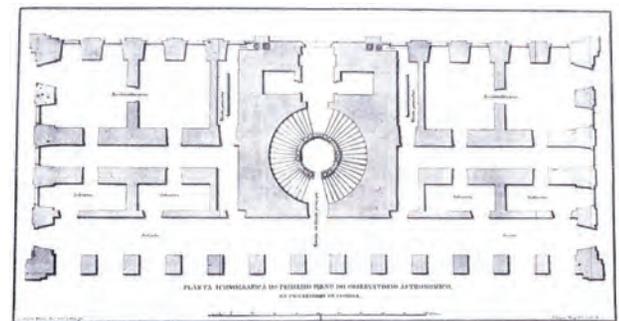
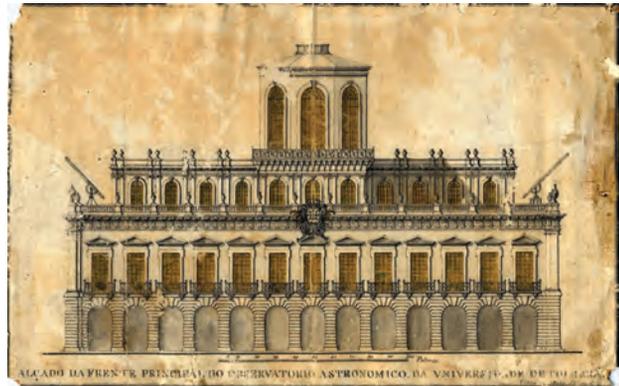
Um modelo que deve ter informado a versão final do projecto. O edifício situava-se na vertente da Alta de Coimbra oposta ao Paço das Escolas e abria-se ao extenso território que se desenvolvia a Norte e a Nascente. Em confronto com o Colégio de S. Jerónimo, implantava-se no local onde desaguava uma das mais importantes vias de acesso à Alta. A galeria porticada do piso térreo, em cantaria de junta fendida, clarificava a função urbana de porta: iniciar o acesso à Rua Larga e prolongar o Passeio Público que vinha desde o já idealizado Jardim Botânico.

Em 1773 inicia-se a construção deste vasto equipamento, com a demolição do castelo medieval e a regularização do terreno, e em 1775 estava realizado o essencial do piso térreo. A partir desta data pouco mais se avança. O elevado custo destes trabalhos, estando ainda por realizar parte significativa da obra, deve ter conduzido a Universidade a interromper tão ambicioso projecto. Um possível sintoma de divergência entre a vontade régia, de que a equipa de Guilherme Elsdén era a executora, e as reais capacidades da Universidade.

Opção pela comodidade

O reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos, consciente do tempo que levaria a pôr de pé tal equipamento mandou construir, no entretanto, um Observatório interino no terreiro do Paço das Escolas, um pequeno edifício provisório que foi realizado de imediato (ca. 1775).

A escolha deste local representa uma opção que era admitida pelos próprios Estatutos, a da comodidade: “Procure escolher o lugar, que para o sobredito Observatório for mais próprio; na maior vizinhança da Universidade, que couber no possível;

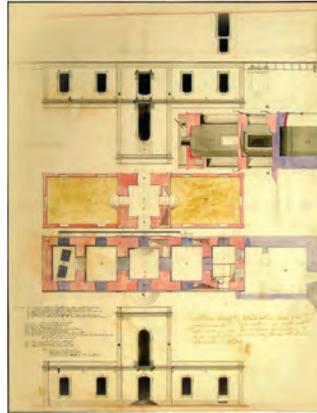
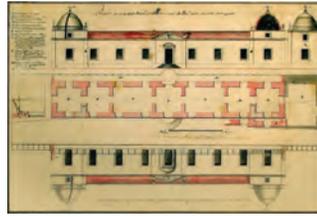


quando não haja a comodidade para o estabelecer dentro nos Paços dela”. Distante dos acessos à Alta, mais recatado para o exercício de um trabalho que exigia longo isolamento, o local dispunha de um amplo espaço aberto sobre o vale do Mondego. Este conjunto de condições favoráveis talvez explique a posterior escolha deste sítio para o definitivo Observatório da Universidade.

O governo que se formou após a subida ao poder da rainha D. Maria I (1777-02-24) não contribuiu para dar um novo impulso às obras da Universidade de Coimbra. Pelo contrário, faltou empenho e persistência nos trabalhos públicos ao ministro que substituiu Pombal na pasta do Reino, o visconde de Vila Nova de Cerveira. Esta fase, marcada por hesitações e adiamentos, prolongar-se-ia até 1788, altura em que se forma um novo governo (1788-12-15).

Para a Secretaria de Estado do Reino seria nomeado José de Seabra da Silva, antigo colaborador do marquês de Pombal. Fazia parte do programa deste governo, movido pela acção de fomento para o território continental, a conclusão de obras que se arrastavam ou de projectos que não tinham sido postos em prática. Regressava-se ao problema do Observatório Astronómico. A solução definitiva passava por fixar a sua localização no topo Sul do Paço das Escolas e incluía uma redução drástica do programa de instalações. Abandonava-se, assim, definitivamente, o Observatório projectado por Guilherme Elsdén. Do corpo inicial de professores da Faculdade de Matemática apenas restava José Monteiro da Rocha.

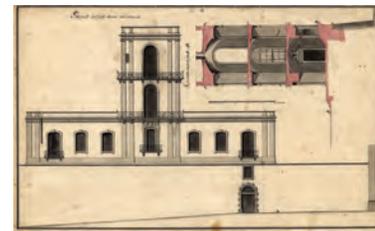
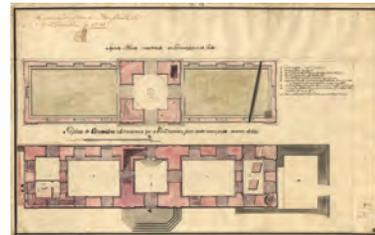
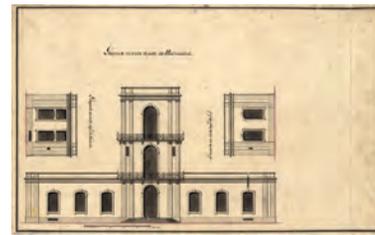
Da colaboração estreita entre este e o arquitecto da Universidade, Manuel Alves Macomboa, surgirá o projecto definitivo para o Observatório. As várias propostas decorrem, aparentemente, entre 1788 e 1791. Têm como temas comuns o programa de instalações e a amarração do edifício ao muro do terreiro do Paço, fronteiro à rua da Trindade. Varia a forma e a disposição volumétrica. A forma final será constituída por um corpo horizontal com um piso e cobertura plana, e uma torre com três pisos definida a partir do vão central, também com cobertura plana.



Este edifício é um bom exemplo do desfasamento entre as ambições iniciais da reforma pombalina e a nova realidade. Pensado no seu início como um edifício destacado de todos os estabelecimentos científicos, acabava no mais modesto de todos eles. Abdicava-se da carga simbólica e da função urbana iniciais e concentrava-se a atenção na criação de um simples estabelecimento astronómico.

A 5 de Fevereiro de 1791 a Universidade de Coimbra aprova o novo projecto do Observatório e em 1799 o edifício está concluído. O Príncipe e o governo continuaram a apoiar esta iniciativa e a 4 de Dezembro de 1799 sai o Regulamento para o Observatório. Iniciaram-se de imediato os trabalhos que envolveram o cálculo das Efemérides e das Observações e em 1803 edita-se o 1.º volume das Efemérides Astronómicas para 1804.

A conclusão deste longo processo de fundação do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra parece passar inteiramente por José Monteiro da Rocha, seu primeiro director e principal animador. Comemoram-se no próximo ano, Ano Internacional da Astronomia, os 400 anos das primeiras observações telescópicas de Galileu (1609). É também o ano em que o Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra faz 210 anos do início da sua actividade (1799), podendo esta comemoração ser uma oportunidade para repensar o legado científico produzido por este estabelecimento e evocar a sua antiga presença na Alta de Coimbra.

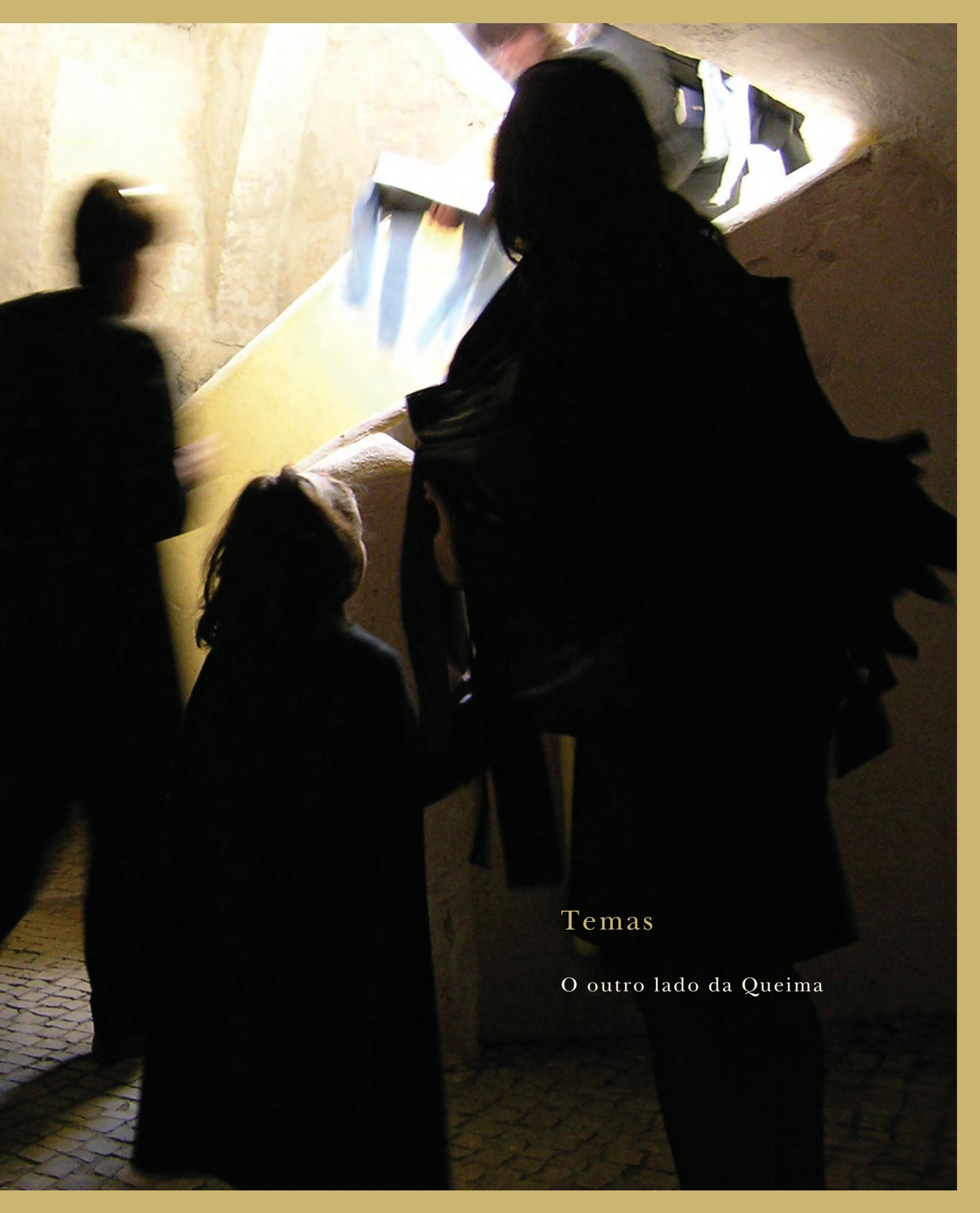


* Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

** Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

(agradecemos ao arquitecto Rui Lobo as críticas e os esclarecimentos)





Temas

O outro lado da Queima



O outro lado da Queima das Fitas

Além da parte que toda a gente sabe de cor – as noites do Parque, a serenata monumental, o sarau, a garraizada... –, a Queima das Fitas de Coimbra tem um outro lado, menos conhecido, mas que muito contribui para a sua especificidade, entre as festas de universitários em fim de curso, que hoje se realizam um pouco por todo o país. Trata-se de um vasto programa paralelo, nos planos cultural e desportivo, que se inicia muito antes da chamada semana da Queima (onde se concentram as actividades mais badaladas) e que se prolonga praticamente até ao início das férias de Verão.

A “Rua Larga” foi ver como correu esse programa, na Queima de 2008. Lamentavelmente, no capítulo do desporto não conseguiu acompanhar uma descida do Rio Mondego em canoa, porque o mau tempo não permitiu que esta se realizasse. Nada que nos impeça de contar as peripécias de dois adiamentos. Mais sorte tivemos no campo cultural, onde foi possível descobrir um surpreendente concerto de harpa, em plena Biblioteca Joanina. Mas não nos limitámos a isso. Quisemos ver como olham para a Queima aqueles que vão ao Parque, basicamente, para trabalhar: polícias, socorristas, comerciantes... E contamos-lhe como correu o “chá dançante” – a mais popular das menos conhecidas actividades da Queima das Fitas. JM

Na dança sem chá

O menos conhecido dos eventos mais conhecidos

Rui Antunes

O Chá Dançante é um baile envolto em mistério. Até João Luís Jesus, *Dux-Veteranorum*, desconhece quando apareceu o evento. “Já estou farto de pesquisar e não encontro registos sobre o primeiro baile”, confessa.

Os mais velhos apontam os anos 40 como a data em que se realizou o primeiro Chá Dançante. No início, o evento tinha lugar no último dia da Queima e o objectivo era permitir que os estudantes levassem para casa recordações do Baile de Gala. Nos últimos anos, o Chá Dançante assumiu como tradição a destruição completa do cenário. O evento é hoje frequentado, maioritariamente, por finalistas, que aí têm o seu último baile enquanto estudantes.

Entre cotoveladas, empurrões e algumas quedas, a massa humana vai-se moldando para conseguir entrar no Quartel General militar de Coimbra. De gala ou de bengala, a indumentária dos presentes dá requinte à robustez do edifício. A entrada está à pinha, mas a festa prepara-se para começar.

Muitos já conseguiram chegar aos claustros do quartel, onde uma tenda gigante recebe a acção principal do Chá Dançante.

A “Fanfarra Académica” começa a actuar e um imenso mar negro toma conta do espaço. Os finalistas são autênticas pinceladas de cor numa enorme tela negra. Cartolas e bengalas de todas as cores brotam na multidão cada vez mais entusiasmada.

Do palco, a tuna começa a interagir com o público e grita: “Brio...sa!”. Os presentes respondem em coro, mas pouco depois ignoram a actuação. De um momento para o outro, como se tivesse havido uma ordem militar, os estudantes começam a destruir tudo. É assim que manda a tradição.

O cenário de esferovite sofre afincados golpes de bengala, as cortinas de cetim são rasgadas, as lâmpadas são partidas e os candeeiros já andam nas cabeças dos estudantes. Nem os tapetes escapam, com alguns a cerrarem os dentes no chão na tentativa desesperada de levar uma recordação para casa. “Que falta de chá!” – era o que diriam as regras da etiqueta exigida à entrada. Mas aqui dentro vale tudo. Os militares sisudos, em sentido, olham impávidos a algarra dos estudantes.

As bengalas dos finalistas estão agora ornamentadas com esferovite e a calma está de volta. Tudo o que havia para destruir está destruído. A “Fanfarra” sai do palco para dar lugar ao artista da noite. Herman José entra em cena, divertido e provocador. “Aqui está o futuro de Portugal: primeiros-ministros, ginecologistas...”, brinca o humorista, enquanto aponta para os estudantes. O público dá as boas-vindas ao convidado e começa a cantarolar:

“E salta Herman/e salta Herman/olé, olé...”. O artista não vai em cantigas e descarta-se do apelo: “Não posso saltar, tenho os ‘tim-tins’ muito grandes”.

Herman sabe-a toda...

A primeira música de Herman foi escolhida a dedo. “Saca o saca rolhas/dá-me o garraão/ viver sem vinho não presta”. A referência ao álcool é recebida entusiasticamente pelos estudantes, sempre num corre-corre entre o bar e os claustros. As cartolas começam a voar de um lado para o outro e as bengalas embatem umas nas outras, criando uma sonoridade pouco cuidada.

A provocação saudável entre estudantes e artista continua. Junto ao palco é erguido um pequeno cartaz que diz: “Adoro-te Roberto Leal”. Herman riposta e despe a camisola, ao mesmo tempo que promete mostrar as partes baixas. “Trouxeram a lupa?”, pergunta de seguida, com ar jocoso.

Antes de ir embora, Herman José chama duas estudantes ao palco e beija-as na boca. Os finalistas continuam a apumar-se da maneira que podem. Alguns fizeram dos cortinados capas de super-homem, outros andam com pacotes de chá na orelha e há quem prefira utilizar um *abat-jour* como chapéu. Começam a avistar-se os cornos de um toiro. Não se trata de uma garraçada improvisada, mas sim do estandarte da “Estudantina”, a última tuna em palco.

“Coimbra do Choupal/ainda és capital /do amor em Portugal...”, é o início escolhido. Talvez em nome da deusa Vénus, ou para fazer jus à música, um estudante de cartola beija apaixonadamente a namorada.

A “Estudantina” põe o público a dançar de forma tão frenética como os *pandeiretas* dão pulos. As bengalas e as cartolas estão outra vez no ar. Em palco, o espectáculo termina com a “Balada da Despedida”. Os corpos dos finalistas juntam-se em abraços nostálgicos. Os jovens parecem bebés a chorar. As “capas negras de saudade” servem agora para limpar as lágrimas que escorrem pelos rostos. Está na hora de abandonar o espaço. Foi a última vez que os finalistas tiveram um chá dançante. Houve dança, mas não houve chá. Nunca há. Como na revolta “Boston Tea Party”, o mais importante não é o chá, mas sim a revolução, a festa, a contestação.

Os estudantes saem em massa do quartel e para trás fica uma das mais peculiares festividades da Queima das Fitas. No chão negro da tenda jazem pedaços de esferovite que fazem lembrar neve. São partículas que os estudantes não querem levar de recordação porque levam pedaços maiores ou porque apenas guardam na memória episódios de uma noite em que dançaram em nome de um chá que nunca viram.

O Parque por dentro

Cláudia Gameiro

Da barreira de ferro até ao Parque em si são poucos passos, rapidamente apressados pela segurança privada que incentiva os estudantes a avançarem para os divertimentos da noite. As filas vão-se alongando, as horas passando. Antes de cortarem o bilhete, os “seguranças” olham duas vezes para o rosto do cartão de estudante e a face que aguarda, ansiosa, diante deles. Por vezes pedem para revistar as malas, por vezes sorriem discretamente e mandam prosseguir. No último dia da Queima das Fitas, espera-se pelo fogo-de-artifício, pelos *James*, pelo fim da noite depois de um dia de Garraiada. Dentro do parque da Queima todos procuram a festa, mas nem todos o seu lado mais carismático.

O comandante da PSP na Queima, Henrique Gil, é um homem alto, de bigode negro, trajado a rigor e de uma postura franca. Traça a imagem de uma semana calma, com ligeiros problemas pontuais, normalmente em resultado do excesso de álcool. A situação mais complicada foi a de um jogador de rãguebi agredido por estudantes estrangeiros. Mas “foram todos identificados” e o problema resolvido. Explica que para o Parque foram destacados dois contingentes por noite, num total de vinte pessoas, mais pessoal à civil. O trabalho faz-se por dois turnos. O primeiro das 21 às 2h e o segundo das duas às sete da manhã. Foi ainda chamado pessoal de Lisboa, mas exclusivamente “para uma situação preventiva”.

Lobo Marques, chefe, esclarece que “os polícias de Coimbra têm curso de Queima, alguns com 18 anos” de trabalho no evento, sendo que “a sua experiência é fundamental”. É um homem alto, de cabelo grisalho, bastante sorridente, que explica que este “acaba por ser um trabalho de rotina”, mesmo quando são chamados a intervir. Se o pior acontece, é “tomada uma posição firme”, mas “com bastante tolerância”. Afinal, “as pessoas, mesmo da segurança privada, já estão presentes há muitos anos e preparadas para todas as situações”, constata.

O pequeno grupo está reunido junto às bilheteiras, três ou quatro polícias junto dos dois oficiais. O posto de socorro da Cruz Vermelha, no entanto, não se revela fácil de encontrar. Escondido no lado direito do Parque, depois de uma das tendas de som, o Mondego passa num pequeno afluente antes da entrada. Luís Viseu, socorrista a dirigir a Cruz Vermelha no recinto, fala de uma semana de opositos. “Houve dias de muito ‘trânsito’ e outros de pouca” afluência, afirma, o olhar sempre atento a qualquer eventualidade. A pior noite foi a de se-



gunda-feira, sobretudo com estados alcoólicos, pequenas feridas, dispneias e quedas. Houve também algumas situações mais sérias, de drogas e álcool.

Bom relacionamento

A Comissão Central da Queima ofereceu a tenda. Tudo o resto foi suportado pela Cruz Vermelha. Estiveram disponíveis três ambulâncias, três a quatro enfermeiros e, na maioria das noites, puderam contar com médicos. “A comissão e a ‘segurança’ foram impecáveis”, destaca o socorrista, verificando e recolhendo prontamente os estudantes a precisarem de tratamento. Sobretudo numa semana que coincide com as peregrinações a Fátima e em que os voluntários da associação se distribuíram entre as duas situações. Pertenceram três a quatro noites a cada voluntário, muitos deles estudantes e alguns mesmo licenciados.

Pedro Duarte, vigilante à entrada do posto, conta, divertido, algumas das situações mais caricatas: jovens a caírem no pequeno afluente antes da entrada, um ou outro bêbado meio perdido entre a Cruz Vermelha e a saída. “Isto é basicamente sempre a mesma coisa”, refere. Mas, ao contrário dos outros anos, constata Luís Viseu, não se viram muitos menores. Não deixa, no entanto, de referir que, por vezes, existe “alguma falta de responsabilidade dos pais em deixar os miúdos virem” para as noites da Queima das Fitas.

A noite começa às 22h30 e prolonga-se até às 6h30 ou 7h, quando o recinto fica completamente vazio. No fim da manhã, existem sempre situações de pancada, “coisas normais”, acha Luís, a precisarem de atenção. Sendo esta a última noite, Pedro Duarte comenta que provavelmente sairão mais tarde, “pois o ‘pessoal’ fica mais chato”.

Pela mesma hora fecha a caravana das faturas de Teresa Valente, uma senhora dos seus quarenta anos, simpática e bem-disposta. O negócio pertence ao sobrinho, mas como a Queima de Coimbra coincidiu com a do Porto veio ela tomar a responsabilidade pelas “Faturas à Escalabitano”. As vendas, comenta, “estão um pouco fracas, comparativamente ao ano passado”. Mas a semana correu bem e as noites foram calmas. O negócio é da família e acaba por compensar. Pagaram 1500€ para poderem entrar. Explica, contudo, que o montante varia conforme a proposta feita à comissão.

Os *James* iniciam o concerto, o barulho aumenta. Teresa Valente garante que para o ano volta, pois “é fácil trabalhar com a Comissão [Central da Queima das Fitas]”. Nas noites do Parque, gosta de ir ouvindo as bandas. Em Lisboa, onde costuma trabalhar na altura da Queima, prefere os GNR. Em Coimbra, este ano, não encontrou nada disso, além de que estavam “todos desgostosos de não ter vindo o Quim [Barreiros]”. É quase uma da manhã. O movimento vai começar.



Quando a música chega à Biblioteca

Catarina Pinto

Escura. Vazia. E sozinha. Era assim que a Alta da Universidade de Coimbra parecia estar naquela noite. A chuva caía e teimava em não abrandar. Fazia frio. Daquele frio que não combina com a palavra Maio. Muito menos com o mês. Ali, tudo parecia estar demasiado longe. As noites de festa, com direito a copos de cerveja pelo chão, a música, as capas negras e os estudantes pareciam já muito distantes. A Queima das Fitas também. As noites no parque já tinham passado e a sensação de fim, de acabado, parecia estar ali. A pesar sobre a Alta. No entanto, o final de Maio ainda não trazia consigo o fim. Era sábado à noite e, apesar de tudo parecer quieto e fechado, a Biblioteca Joanina abria a porta a quem entrasse. Afinal, a Queima das Fitas ainda andava por aí a fazer das suas.

Lá dentro, era fácil esquecer a chuva e o frio. Era fácil esquecer quase tudo, na verdade. Livros antigos. Lombadas cor de ouro. Estantes quase até ao tecto. Um outro tempo. E uma harpa. Uma harpa silenciosa à espera do seu músico.

No âmbito dos eventos culturais da Queima das Fitas 2008, no âmbito dessa “outra Queima” que quase ninguém parece conhecer, a Biblioteca Joanina recebeu, no dia 24, o Recital de Harpa, com o músico Eduardo Raon. Era a música clássica que o trazia ali. Foi com ela que, em pequeno, iniciou a sua descoberta do mundo da música, primeiro com o piano e depois com a guitarra. No Conservatório Nacional, estudou harpa. Mas a sua música não fica por aqui. O rock, o jazz e o electrónico também fazem parte da sua vida. Desde 1992, integra projectos mais variados, como o grupo *Hipnótica* e a banda rock *ByPass*. Com Inês Jacques, forma um duo de harpa e voz, no projecto intitulado “Ela não é Francesa, Ele não é Espanhol”.

Sons e lugares de um outro tempo

Cumprido o já famoso “quarto-de-hora académico”, o concerto começou. O espaço estava já composto. As cadeiras mais ocupadas. A espera terminou. Para a harpa e para nós. O som começa fininho, a medo. Envergonhado, talvez. E mistura-se assim com aquele tempo antigo, trazido pelos livros, com o tempo do agora, com o tempo de cada um de nós. Assim como o lugar, também o som parece vir de uma outra época. De um outro mundo.

O músico fecha os olhos. Move-se ao sabor do ritmo da música, do ritmo das mãos que tocam na harpa. E tem aquela expressão de quem, através da arte, vai chegando a algum lugar; aquela expressão de quem vai descobrindo coisas pelo caminho.

No público, também se fecham os olhos. Talvez porque o som da harpa evoca, de alguma maneira, um mundo distante. De fantasia e de sonho.

Como qualquer outro tipo de música, parece levar-nos sempre para algum lugar. Um lugar que acaba sempre por ser uma escolha nossa. Individual. Um caminho que cada um percorre sozinho.

Rita Teixeira, 34 anos, gosta de música. Sobretudo música clássica. Os anos de estudante já lá vão há algum tempo, mas diz conhecer as actividades culturais que se realizam no âmbito da Queima das Fitas e costuma participar. A música não foi a única razão que a levou a ver o concerto. O espaço da Biblioteca Joanina também a atrai. Já Rosa Rodrigues, 44 anos, assistiu ao recital porque o filho está a aprender a tocar harpa. Olhando a assistência, de mais de 20 pessoas, percebe-se que não é a única. Há ali vários aprendizes do instrumento, acompanhados das respectivas famílias.

A poesia na música

Depois de tocar peças de Bach e do seu projecto “Ela não é Francesa, Ele não é Espanhol”, Eduardo promete composições mais poéticas. A partir daí, a mistura de sons e ritmos acentua-se. O contraste chegou para ficar. A música é lenta. Calma. Mas rápida também. Há sons que fogem. São fugazes e esfumam-se. Depois, há sons que ficam por ali. A ecoar naquele espaço. E na mente de cada um, quem sabe.

Eduardo Raon disse notar que “as pessoas reagem mais a umas músicas do que a outras” e acredita que isso não tem a ver com o facto de umas serem mais contemporâneas do que outras. Simplesmente, as pessoas parecem senti-las de modo diferente. O espaço também lhe agradou. “É um espaço incrível e único, um luxo”, disse. No entanto, Eduardo acredita que o lugar não se reflecte muito na maneira como toca.

No fim, a música foi-se embora muito lentamente. Como que a despedir-se. Palmas. O recital chega ao fim. E, afinal, ainda houve quem viesse à Queima na Biblioteca Joanina.

Porque a Queima não é só feita de “Noites no Parque”, há eventos culturais que se estendem desde Março até ao início de Junho. Um encontro de coros, um concurso de fotografia e os “Caminhos do Cinema Português” foram algumas das outras ofertas que a Queima das Fitas 2008 proporcionou.

Uma descida de rio... por água abaixo

Cláudia Pais

Gabriel García Márquez disse uma vez que “captar a realidade é muito mais difícil do que inventá-la”. No entanto, quando se tem que escrever sobre uma descida de rio que não se realizou, surgem certas dúvidas quanto a isso. E não consigo evitar sorrir quando penso no quão irónico é aquilo que vou fazer: escrever sobre uma descida de rio que foi por água abaixo.

Os folhetos que anunciam as actividades “alternativas” (ou menos conhecidas) da Queima das Fitas de 2008 estão por toda a parte. É só estar atento. Afixados nos corredores das faculdades, estrategicamente colocados nos sítios onde se formam filas, ou até mesmo amontoados na própria Sala da Queima, só não os vê quem não quer. Por isso, não deixa de ser curioso o facto de a esmagadora maioria das pessoas desconhecer estas múltiplas iniciativas, de que a descida do rio Mondego é apenas um exemplo. O folheto, colorido e atractivo, informa o necessário: o preço é de 15 euros por pessoa (o que dá direito a transporte, slide a meio da viagem de Penacova a Coimbra, e alimentação) e o pagamento tem que se efectuar no acto da inscrição, até às 16 horas do dia 21 de Maio. Isto porque o dia marcado para esta actividade foi o dia 22 e, apesar de o velho ditado dizer que “a descer todos os santos ajudam”, S. Pedro resolveu não ajudar nesta descida. A chuva que se fez sentir nesse dia veio fazer com que esta fosse adiada para o dia 24 e, não havendo nada mais a fazer, avisaram-se as pessoas que estavam inscritas.

O comissário de Desporto da Queima, Tiago Parracho, diz que o adiamento da actividade foi aconselhado pela empresa responsável, a *Caminhos d'Água*, devido “às condições meteorológicas, pois estava a chover muito e não ia ser agradável para as pessoas descerem o rio assim”. Já Ricardo Luís Maricato, sócio-gerente da *Caminhos*

d'Água, acrescenta que as razões do adiamento se prenderam não só com o mau tempo, mas também com o facto de apenas haver seis inscritos na actividade, sublinhando que “não teve a ver com condições de segurança, mas sim com condições de conforto do participante, porque as pessoas preferem, obviamente, descer o rio num dia de sol”.

Chuva não desarma

Chegou o dia 24 e com ele a chuva, uma vez mais. As pessoas inscritas foram, novamente, avisadas, mas desta vez não lhes foi dada uma nova (e terceira) data porque, ao que parecia, o mau tempo estava para ficar.

Tiago Parracho afirma que a descida tem que ser adiada até que as condições necessárias para a sua realização estejam reunidas. Contudo, é com um certo desânimo na voz que diz que “só podemos realizar actividades até ao dia 12 de Junho, último dia do nosso calendário desportivo”.

Outra questão, não menos importante mas que já não pertence ao domínio meteorológico, é a dos participantes. É natural que algumas pessoas que estavam inscritas já não queiram ou não possam participar na iniciativa, devido às constantes alterações da data. É o caso de Ana Mesquita, estudante da Faculdade de Economia, que teve que desistir da descida e pedir o seu dinheiro de volta porque “os exames estão a aproximar-se e é-me de todo impossível participar na actividade durante o mês de Junho”. Talvez o facto de as alterações da data não terem sido divulgadas tenha também contribuído para uma mais baixa afluência das pessoas a esta iniciativa. Certamente que existem, neste momento, pessoas que julgam que a actividade se realizou dia 22 de Maio.

Não foi prevista nenhuma actividade de substituição da descida. O comissário de Desporto explica que “não há uma liberdade muito grande para alterar actividades, pois existe um orçamento definido para cada uma delas e se uma não se realizar não se pode ir buscar dinheiro de uma outra, em cima da hora. Se não há condições, não se faz”, conclui Tiago. Este ano, outras actividades, tais como o *Paint Ball* ou a *Surf Trip*, tiveram também que ser adiadas, devido ao mau tempo ou aos poucos participantes inscritos.

Deliberações do Senado

• SESSÃO PLENÁRIA
DE 12 DE MARÇO DE 2008

Deliberação n.º 16/2008

Aprova a proposta de alteração do valor das propinas de Doutoramento na FMUC:

- 1- Valor total das propinas de doutoramento na FMUC – € 12 500 (doze mil e quinhentos euros);
- 2- Valor anual da propina - € 2 500 (dois mil e quinhentos euros);
- 3- Pagamento anual, durante cinco anos.

A proposta (Doc. N.º 10/2008) foi apresentada pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 17/2008

Aprova a proposta de alteração ao Quadro de Pessoal Docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra: Transferência da vaga de Professor Associado do 6.º Grupo, subgrupo de Radiologia, para uma vaga de Professor Associado do 7.º Grupo, subgrupo de Nefrologia. A proposta (Doc. N.º 11/2008) foi apresentada pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 18/2008

Aprova a proposta de alteração à tabela de emolumentos constante no Despacho N.º 5221/2008, publicado

em Diário da República, 2.ª Série, N.º 40, de 26 de Fevereiro, passando a taxa de inscrição nos pré-requisitos para o ingresso, no ano lectivo de 2008/2009, na Licenciatura em Ciências do Desporto, a ser de € 50 (cinquenta euros). A proposta (Doc. N.º 12/2008) foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 19/2008

Aprova a proposta de valor a cobrar pela frequência dos cursos de Formação Contínua de Professores a realizar em 2008. A proposta (Doc. N.º 13/2008) foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 20/2008

Aprova as propostas de atribuição do grau de Doutor *Honoris Causa* ao Senhor Professor Doutor Robert Marion Malina. A proposta (Doc. N.º 14/2008) foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 21/2008

Aprova a proposta de atribuição do grau de Doutor *Honoris Causa* ao Senhor Professor Doutor Kenneth Richard Fox. A proposta (Doc. N.º 15/2008) foi apresentada pela Faculdade

de Ciências do Desporto e Educação Física.

•
SESSÃO PLENÁRIA
DE 9 DE ABRIL DE 2008

Deliberação n.º 22/2008

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Educação Especial, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta (Doc. N.º 19/2008) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 23/2008

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Desenvolvimento Curricular e Orientação Educativa, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta (Doc. N.º 20/2008) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 24/2008

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Doutor em Ciências da Educação, de acordo

com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março.

A proposta (Doc. N.º 21/2008) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 25/2008

Aprova a proposta de criação do Diploma de Formação Avançada em Energia para a Sustentabilidade. A proposta (Doc. N.º 24/2008) foi apresentada conjuntamente pela Faculdade de Economia e pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 26/2008

Aprova o valor de € 50 (cinquenta euros) a cobrar pela inscrição no Curso de Verão em Ciências do Desporto. A proposta (Doc. N.º 16/2008) foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 27/2008

Aprova a propina no valor de € 1920 (mil novecentos e vinte euros) pela inscrição no Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Direito e respectiva forma de pagamento. A proposta (Doc. N.º 17/2008) foi apresentada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 28/2008
Aprova a propina relativa ao Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Energia para a Sustentabilidade, para o ano lectivo de 2008/2009, no valor de: € 1600 (mil e seiscentos euros) no primeiro ano; € 800 (oitocentos euros) no segundo ano, relativa ao terceiro semestre do Curso. A proposta (Doc. N.º 22/2008) foi apresentada pelas Faculdades Ciências e Tecnologia e de Economia da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 29/2008
Aprova a propina relativa ao Ciclo de Estudos conducente ao grau de Doutor em Energia para a Sustentabilidade, para o ano lectivo de 2008/2009, no valor anual de € 2750 (dois mil e setecentos e cinquenta euros). A proposta (Doc. N.º 23/2008) foi apresentada pelas Faculdades Ciências e Tecnologia e de Economia da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 30/2008
Aprova a propina relativa ao Curso de Especialização em Energia para a Sustentabilidade, para o ano lectivo de 2008/2009, no valor anual de € 1600 (mil e seiscentos euros). A proposta (Doc. N.º 25/2008) foi apresentada pelas Faculdades Ciências e Tecnologia e de

Economia da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 31/2008
Aprova o Calendário Escolar para o ano lectivo de 2008/2009 (períodos lectivos e de avaliação). A proposta (Doc. N.º 18/2008) foi apresentada pela Reitoria da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 32/2008
Ratifica a eleição intercalar, pelos seus pares, do seguinte estudante para integrar a Secção de Planeamento, Gestão e Património, para substituição de João Miguel Godinho Martins:
- João Pedro Peixoto

Deliberação n.º 33/2008
Ratifica a eleição intercalar, pelos seus pares, da seguinte estudante para integrar o Grupo de Trabalho previsto no Sistema de Gestão de Qualidade Pedagógica, para substituição de João Miguel Godinho Martins:
- Cátia Patrícia Teixeira da Costa Viana

•
• SESSÃO PLENÁRIA
DE 7 DE MAIO DE 2008

Deliberação n.º 34/2008
Aprova a proposta de

alteração do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Direito, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta (Doc. N.º 26/2008) foi apresentada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 35/2008
Aprova a proposta de alteração do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Doutor em Psicologia, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta (Doc. N.º 27/2008) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 36/2008
Aprova a proposta de fixação de propinas referentes ao Curso de Doutoramento em Psicologia, nas especialidades em: Psicologia das Organizações, do Trabalho e Recursos Humanos; Neuropsicologia; No valor de € 2750/Ano. A proposta (Doc. N.º 28/2008) foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 37/2008
Aprova o articulado para a fixação da propina para o 2.º Ciclo de Estudos em

Administração Pública, de valor anual igual à do 1.º Ciclo de Estudos. A proposta (Doc. N.º 30/2008) foi apresentada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 38/2008
Aprova a proposta dos valores a cobrar pela frequência de Actividades de Extensão, a realizar em 2008. A proposta (Doc. N.º 29/2008) foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.

Milhares de estudantes formados pela Universidade de Coimbra, espalhados pelo País e pelo Mundo, nas mais diversas áreas da sociedade, reunidos agora na mesma Rede.

Visite-nos em www.uc.pt/antigos-estudantes

Rede UC

Rede de Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra
Gabinete de Comunicação e Identidade
Universidade de Coimbra
Apartado 3020 • 3001-401 Coimbra
antigos-estudantes@uc.pt

A/C Eng. Isabel Gomes • Tlm: +351 96 44 53 222

REDE
UC

REDE DE ANTIGOS ESTUDANTES
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

www.coimbraeditora.pt



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

LIVRARIA FERREIRA BORGES
Rua Ferreira Borges, 77
Coimbra

LIVRARIA AAC-COIMBRA
Rua Padre António Vieira
Edifício AAC
Coimbra

LIVRARIA CHIADO-LISBOA
Rua Nova do Almada, 90
Lisboa

LIVRARIA JURÍDICA - LISBOA
Centro Comercial Arcos-Itis
Ave. João Gomes, 9 A
Lisboa

LIVRARIA FDL - LISBOA
Faculdade de Direito da
Universidade de Lisboa

LIVRARIA JURÍDICA DO PORTO
Rua Cândido dos Reis, 81
Porto

LIVRARIA FDP - PORTO
Faculdade de Direito da Universidade do Porto



ALMEDINA

Livraria . Editora

www.almedina.net

Almedina Atrium
Pr. Duque de Saldanha
1 - Loja 71- 2º piso
1050-094, Lisboa

Almedina Ferreira Borges
Rua Ferreira Borges, 121-127
3000-180, Coimbra

Almedina Arrábida
Arrábida Shopping, Loja 158 A/B
Praça Henriques Moreira,
244, Afurada | 4400-475
Vila Nova de Gaia

Almedina Braga
Campus de Gualtar
Universidade do Minho,
4710-057, Braga

ALMEDINA-DIREITO À CULTUR

ASSINATURA ANUAL DA REVISTA RUA LARGA (4 números)*: Estudantes e Antigos Estudantes da UC: 25€ • Outros: 30€ • Avulso (cada número): 7€(IVA incluído) • Números Anteriores: 7€

Ao assinar a Rua Larga através das Tipologias Adicionais de Relacionamento com a Universidade de Coimbra, para além dos quatro números da revista pode também ter acesso a uma série de benefícios e descontos que a Rede UC lhe proporciona:

T2: Esta Tipologia possibilita aos seus aderentes apoio em áreas diversas, tais como na obtenção de contactos no seio da Rede UC, no recrutamento, ou no acesso a formação pós-graduada. 35€/ano

T3: Permitindo uma maior proximidade no relacionamento com a Universidade de Coimbra, a esta Tipologia acresce a possibilidade de participação directa nas iniciativas oficiais da Universidade, e de apoio personalizado ao estabelecimento de parcerias e colaborações. 60€/ano

Assinaturas através da Rede UC www.uc.pt/antigos-estudantes, ou pela Internet em www.uc.pt/rualarga.

Os preços incluem IVA, e portes de correio nacionais.

* A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independentemente do ano civil.

NOVAS TIPOLOGIAS DE RELACIONAMENTO COM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra promove, dinamiza e apoia o estabelecimento de relações, projectos e parcerias com o mundo exterior, contribuindo para a aproximação e aprendizagem recíprocas.

Nesse sentido, encontram-se definidas diferentes formas de relacionamento, incluindo a utilização de marcas próprias, onde se incluem as seguintes:



Parceiro: As entidades Parceiras ligam-se umbilicalmente à Universidade de Coimbra através de uma relação mutuamente aprofundada, desenvolvendo em conjunto projectos diversificados, de dimensão e impacto significativos.



Aliado: As entidades Aliadas assumem uma relação de proximidade com a Universidade de Coimbra, que as apoia e acompanha em diferentes iniciativas e na resolução de problemas específicos.

Mais informações em www.uc.pt/gats





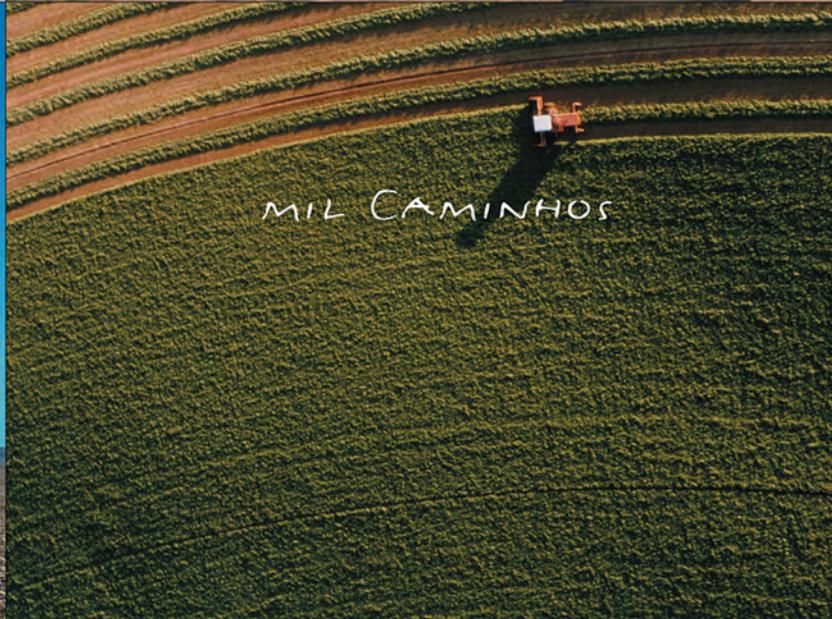
MIL SORRISOS



MIL SENTIMENTOS



MIL PROJECTOS



MIL CAMINHOS



MILHÕES DE CLIENTES



MILHÕES DE SONHOS

Millennium
bcp

A vida inspira-nos